

Relatório de Diagnóstico do 1º Grau - 2022

Rede Regional de Governança Colaborativa

Plano Diretor Anual - Decreto Judiciário nº 397/2022

Agosto, 2022

ELABORADO POR	APROVADO POR	DATA DE ATUALIZAÇÃO	CONTROLE DE VERSÃO
Diretoria de 1º Grau	Desa. Cynthia Maria Pina Resende Coordenadora de Apoio ao 1º Grau	23/09/2022	002.2022

Introdução	3
Rede Regional de Governança Colaborativa do PJBA	3
Plano Diretor Anual	6
Análise das Situações Enfrentadas no 1º Grau de Jurisdição	7
4.1. REGIÃO 1	7
4.2. REGIÃO 2	9
4.3. REGIÃO 3	10
4.4. REGIÃO 4	12
4.5. REGIÃO 5	13
4.6. REGIÃO 6	14
4.7. REGIÃO 7	16
4.8. REGIÃO 8	17
4.9. REGIÃO 9	18
4.10. REGIÃO 10	19
4.11. REGIÃO 11	20
4.12. REGIÃO 12	21
4.13. REGIÃO 13	23
4.14. REGIÃO 14	24
4.15. REGIÃO 15	26
4.16. REGIÃO 16	27
4.17. REGIÃO 17	28
4.18. REGIÃO 18	30
Panorama Geral das Unidades	31
Análise dos Dados de Acervo e Produtividade por REGIÃO - Mês Base: Julho/2022	33
Conclusão	44
Aprovação	44

1. Introdução

Trata-se de **Relatório de Diagnóstico do 1º Grau**, apresentado pela Coordenadoria de Apoio ao 1º Grau de Jurisdição, tendo como base os dados extraídos dos Planos Diretores Anuais elaborados pelas unidades judiciais do 1º grau, em cumprimento ao quanto disposto no Decreto Judiciário nº 397/2022, excluídas aquelas integrantes do Sistema dos Juizados Especiais e das unidades dos Cartórios Integrados.

O relatório objetiva fornecer subsídios que auxiliem a Administração deste Tribunal de Justiça na tomada de decisões e melhor gestão, sempre com enfoque na priorização do 1º grau de jurisdição.

2. Rede Regional de Governança Colaborativa do PJBA

A Rede Regional de Governança Colaborativa do Poder Judiciário do Estado da Bahia foi criada em 2019 por meio do Decreto Judiciário n. 311/2019, nos moldes da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário Nacional (Resolução CNJ n. 221/2016 e Portaria CNJ n. 59/2019).

Dividindo o Estado em 22 (vinte e duas) regiões, a Rede era vinculada à Presidência, através da Diretoria de 1º Grau. A despeito de sua criação, a Rede do PJBA ainda não havia sido totalmente estruturada e suas ações tinham pouca efetividade.

Neste ano, com a instituição da Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição (Decreto Judiciário n. 69/2022), a estrutura da Rede foi revisada pelo Decreto Judiciário n. 252/2022, respondendo à Presidência, por meio dessa Coordenadoria, com o suporte administrativo da Diretoria do 1º Grau.

As regiões foram reagrupadas em 18 (dezoito) Coordenações Regionais, as quais passaram a ser representadas por 06 (seis) Juízes Colaboradores da Coordenadoria de Apoio ao 1º Grau, indicados pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, sem prejuízo das funções jurisdicionais (Decreto Judiciário n. 282/2022).

A Rede de Governança do PJBA, composta pela Coordenadoria de Apoio ao 1º Grau de Jurisdição, Diretoria de 1º Grau e magistrados, tem o objetivo de **propor diretrizes relacionadas à Estratégia do PJBA, impulsionar sua implementação, monitorar e**

divulgar os resultados. Além disso, atua em temas relacionados à governança, buscando melhorar o serviço judiciário e aproximar a administração das unidades da primeira instância.

Já na atual gestão, foi realizada a **Reunião de Abertura da Rede**, com a participação da Presidência, Coordenadoria do 1º Grau, Juízes Colaboradores e Diretoria do Primeiro Grau; foram realizadas, ainda, **06 (seis) Reuniões de Apresentação da Reestruturação da Rede** aos juízes diretores de fórum, com a participação da Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende e o Juiz Colaborador de cada Coordenação Regional; **06 (seis) Reuniões Trimestrais das Coordenações Regionais**, conduzidas pelos Juízes Colaboradores; e realizado no dia 28 de julho de 2022 o **1º Encontro Estadual da Rede**, no qual foram apresentados aos magistrados do PJBA, de unidades do 1º grau, os resultados das ações e projetos desenvolvidos no 1º semestre pela Rede de Governança.

A seguir, as Coordenações Regionais estabelecidas neste ano, bem como os respectivos Juízes e Juízas Colaboradores da Rede:

REGIÕES	COMARCAS	JUIZ COLABORADOR
1	SALVADOR	GILBERTO BAHIA DE OLIVEIRA
2	CAMAÇARI, CANDEIAS, DIAS D'ÁVILA, LAURO DE FREITAS, MATA DE SÃO JOÃO, SÃO FRANCISCO DO CONDE, SIMÕES FILHO, POJUCA, TERRA NOVA, AMÉLIA RODRIGUES, CONCEIÇÃO DO JACUIPE E CORAÇÃO DE MARIA	
3	FEIRA DE SANTANA, IRARÁ, SANTA BÁRBARA, SANTO ESTEVÃO, SERRINHA, TEOFILÂNDIA, CONCEIÇÃO DO COITÉ, VALENTE, QUEIMADAS, SANTA LUZ, ITIÚBA, CANSANÇÃO, MONTE SANTO	CARLOS ROBERTO SILVA JUNIOR
4	SANTO ANTÔNIO DE JESUS, NAZARÉ, ITAPARICA, CAMAMU, GANDU, VALENÇA, WENCESLAU GUIMARÃES, ITUBERÁ E TAPEROÁ	
5	CRUZ DAS ALMAS, GOVERNADOR MANGABEIRA, MARAGOGIPE, MURITIBA, SAPEAÇU, CASTRO ALVES, SANTA TEREZINHA, AMARGOSA, SANTO AMARO, SÃO FELIPE, SÃO FÉLIX, SÃO GONÇALO DOS CAMPOS, CONCEIÇÃO DO ALMEIDA E CACHOEIRA	
12	ALAGOINHAS, CATU, CIPÓ, SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ, CONDE, ENTRE RIOS, ESPLANADA, INHAMBUPE, ITAPICURU, NOVA SOURE, OLINDINA, RIO REAL	
6	JUAZEIRO, CAMPO FORMOSO, PINDOBAÇU, SENHOR DO BONFIM, CASA NOVA, CURAÇÁ, JAGUARARI, PILÃO ARCADE, REMANSO, SENTO SÉ, SOBRADINHO	KEYLA CUNEGUNDES FERNANDES DA SILVA

REGIÕES	COMARCAS	JUIZ COLABORADOR
7	PAULO AFONSO, JEREMOABO, CÍCERO DANTAS, ANTAS, PARIPIRANGA, RIBEIRA DO POMBAL, ARACI, TUCANO, EUCLIDES DA CUNHA, UAUÁ, CHORROCHÓ	
8	JACOBINA, CAPELA DO ALTO ALEGRE, MAIRI, RETIROLÂNDIA, RIACHÃO DO JACUÍPE, CAPIM GROSSO, SAÚDE, MIGUEL CALMON, PIRITIBA, MUNDO NOVO	
9	PORTO SEGURO, BELMONTE, EUNÁPOLIS, GUARATINGA, ITABELA, SANTA CRUZ CABRÁLIA, CARAVELAS, ITAMARAJU, ITANHÉM, MEDEIROS NETO, MUCURI, NOVA VIÇOSA, PRADO, TEIXEIRA DE FREITAS	MICHELLE MENEZES QUADROS PATRÍCIO
10	ILHÉUS, ITABUNA, CANAVIEIRAS, ITACARÉ, UNA, URUÇUCA, BUERAREMA, CAMACÃ, COARACI, IBICARAÍ, IBIRAPUÃ, ITAJUÍPE E UBAITABA	
11	JEQUIÉ, IPIAÚ, UBATÃ, JITAÚNA, IBIRATAIA, ITAGIBÁ, JAGUAQUARA, MARACÁS, SANTA INÊS, UBAÍRA, LAJE, MUTUÍPE	
13	BARREIRAS, LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, COCOS, CORIBE, CORRENTINA, SANTA MARIA DA VITÓRIA, SANTANA, BAIANÓPOLIS, COTEGIPE, FORMOSA DO RIO PRETO, RIACHÃO DAS NEVES, SANTA RITA DE CÁSSIA, SÃO DESIDÉRIO, SERRA DOURADA	RENATA GUIMARÃES DA SILVA FIRME
14	IRECÊ, BARRA, GENTIO DO OURO, OLIVEIRA DOS BREJINHOS, XIQUE XIQUE, BARRA DO MENDES, CANARANA, CENTRAL, JOÃO DOURADO, LAPÃO, MORRO DO CHAPÉU	
18	ITABERABA, RUY BARBOSA, IPIRÁ, ANDARAÍ, LENÇÓIS, IACU, UTINGA, PIATÃ, IBOTIRAMA, SEABRA, IRAQUARA	
15	VITÓRIA DA CONQUISTA, ITAPETINGA, ITARANTIM, ITORORÓ, ANAGÉ, BARRA DO CHOÇA, BELO CAMPO, CÂNDIDO SALES, ENCRUZILHADA, IGUAÍ, ITAMBÉ, MACARANI, PLANALTO, POÇÕES, TREMEDAL	RODRIGO SOUZA BRITTO
16	GUANAMBI, CAETITÊ, CARINHANHA, IGAPORÃ, PALMAS DE MONTE ALTO, PARAMIRIM, URANDI, BOM JESUS DA LAPA, MACAÚBAS, RIACHO DE SANTANA E TANQUE NOVO	
17	BARRA DA ESTIVA, BRUMADO, CACULÉ, CONDEÚBA, ITUAÇU, JACARACI, LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA, PRESIDENTE JÂNIO QUADROS, TANHAÇU	

Ainda, no âmbito da Diretoria de 1º grau, seis servidores e seis estagiários de pós-graduação atuam em suporte aos juízes colaboradores e às respectivas regiões.

3. Plano Diretor Anual

Com a reestruturação da Rede do PJBA, verificou-se a necessidade de coletar informações para melhor auxiliar a gestão das unidades do 1º grau, seja em relação à estrutura física e de tecnologia, recursos humanos, bem assim no que tange à gestão do acervo processual.

Além disso, evidente a carência das unidades judiciárias de um instrumento que direcionasse as atividades, com a identificação de sua estrutura, fixação de iniciativas e metas, planejamento de atividades, a fim de organizar e promover o gerenciamento das varas.

Daí a inevitabilidade de se instituir um Plano Diretor Anual (PDA), servindo para orientar a administração do PJBA, mas sobretudo como documento norteador da gestão das unidades judiciárias do 1º Grau pelos magistrados e diretores.

No período de 2019 a 2021, algumas unidades já elaboravam o PDA, ainda que de forma esparsa. Com a edição do Decreto Judiciário n. 397/2022, tornando obrigatória a sua edição pelas unidades judiciais do primeiro grau de jurisdição, o número de documentos de gestão elaborados pelas varas, cresceu exponencialmente, correspondente a **1.900%**:

PLANO DIRETOR ANUAL (PDA)	
2019-2021	2022
19 PDAs entregues	381 PDAs entregues

No documento, os magistrados foram concitados a informar os seguintes pontos:

- a) Objetivo do PDA;
- b) Benefícios Esperados;
- c) Dados de Acervo e Produtividade;
- d) Análise SWOT;
- e) Quadro de Pessoal;
- f) Infraestrutura e Equipamentos de TI;
- g) Metas de Produtividade;
- h) Proposição de Iniciativas;

A partir dos dados apresentados, foi possível traçar um panorama das unidades judiciárias de 1º grau, o qual será apresentado neste relatório.

4. Análise das Situações Enfrentadas no 1º Grau de Jurisdição

Inicialmente, vamos investigar a situação das unidades, especialmente no que diz respeito aos principais problemas enfrentados pelo 1º grau, conforme apresentado nos respectivos Planos Diretores Anuais.

4.1. REGIÃO 1

No que tange à Região 1, formada pelas unidades da comarca de Salvador, 50 (cinquenta) unidades apresentaram feedback das principais *weaknesses* (fraquezas internas) e *threats* (ameaças externas).

Na triagem dessas informações, foi observado que aproximadamente 66% (sessenta e seis por cento) das unidades mencionaram a questão de **equipamentos de TI precários e obsoletos**. Insta salientar que essa questão engloba computadores e equipamentos de informática insuficientes para a quantidade de servidores e/ou que não funcionam adequadamente; internet lenta e com constante perda de conexão; bem como a necessidade de webcams para atendimentos no balcão virtual das unidades.

A segunda questão mais mencionada é a do **déficit de servidores**, estando presente nas observações de 64% (sessenta e quatro por cento) das unidades. Essa problemática inclui, além do número escasso de servidores para a demanda da unidade; servidores com aposentadoria em iminência; bem como a necessidade de servidores analistas (capacitados juridicamente).

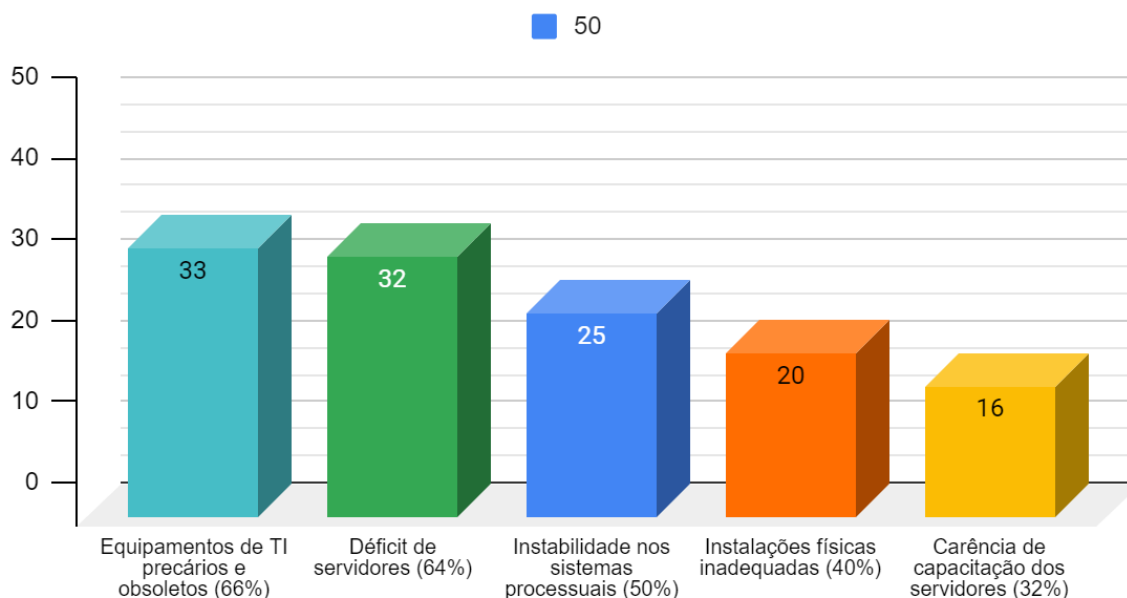
A terceira questão mais citada é a **instabilidade dos sistemas processuais**. Essa questão é mencionada por 50% (cinquenta por cento) das unidades. Engloba, além da instabilidade do sistema PJe, o qual contém muitos erros de rede e fica muito fora do ar, a falta de adequação desse sistema ao âmbito criminal e aos processos de execução fiscal; a instabilidade do BMNP; a diversidade de sistemas, que dificulta a produção otimizada por parte dos servidores; a incompatibilidade entre os sistemas utilizados pelo Judiciário, o que gera uma ausência de padronização dos atos.

A quarta questão, mencionada por 40% (quarenta por cento) das unidades, é a **inadequação das instalações físicas do local de trabalho**, a qual engloba aparelhos de ar condicionado quebrados e/ou barulhentos; fiação aparente; ausência de copa e sanitários nas unidades; elevadores que apresentam defeito constantemente; ausência de vagas no estacionamento para os servidores e o público externo; ausência de posto médico e cantina no prédio. Além disso, outro ponto recorrente na mesma seara é a segurança, que envolve a localização do fórum; a ausência de câmeras para monitoramento; estacionamento mal iluminado; pouca circulação de vigias nos andares e baixo quantitativo de policiais na região.

A quinta observação é a **carência de capacitação dos servidores**, citada por 32% das unidades, problemática que engloba servidores antigos com dificuldade e resistência no manuseio de novos sistemas/ inovações tecnológicas; dificuldade técnica da equipe na produção por falta de conhecimento jurídico; ausência de capacitação continuada.

Região 1

Incidências da região (weaknesses and threats)



4.2. REGIÃO 2

No que tange à Região 2, formada pelas comarcas de Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Lauro de Freitas, Mata de São João, São Francisco do Conde, Simões Filho, Pojuca, Terra Nova, Amélia Rodrigues, Conceição do Jacuípe e Coração de Maria, 26 (vinte e seis) unidades apresentaram suas principais fraquezas e ameaças.

Destas, aproximadamente 80,7% das unidades mencionaram o **déficit de servidores** como principal problema. Nessa Região, essa questão engloba não só o número escasso de servidores, mas também a carência de Oficiais de Justiça; a falta de Equipe Multidisciplinar para processos de infância e juventude; a falta de Defensores Públicos, de Delegado e Promotor Titular, bem como de Magistrado Titular.

A segunda questão mais apresentada é a dos **equipamentos de TI precários e obsoletos**, tendo sido mencionada por aproximadamente 65,3% das unidades. Essa questão engloba computadores e equipamentos de informática insuficientes para a quantidade de servidores e/ou que não funcionam adequadamente; internet lenta e com constante perda de conexão.

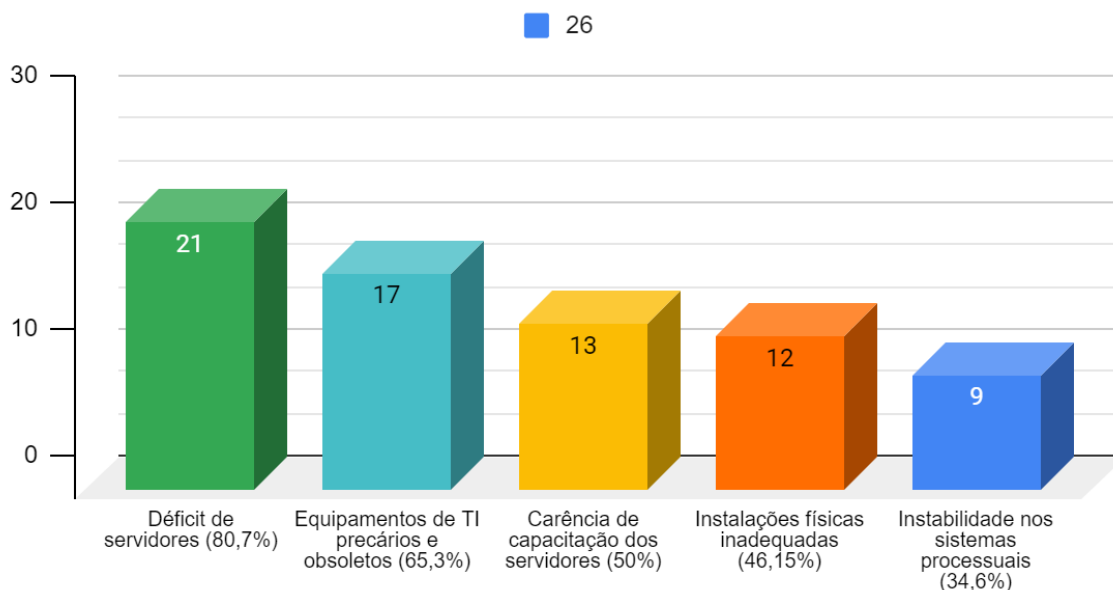
A terceira questão foi mencionada por 50% das unidades e relaciona-se com a **capacitação dos servidores**, definida pela deficiência no treinamento dos servidores para utilização dos sistemas e dificuldade técnica da equipe por falta de conhecimento jurídico (principalmente dos servidores cedidos).

A quarta questão, citada por aproximadamente 46,15% das unidades, relaciona-se com a **inadequação das instalações físicas do local de trabalho**, a qual engloba não só a deficiência na estrutura física, principalmente no que tange os espaços dos cartórios, como também a segurança, que envolve a localização do fórum; a ausência de câmeras para monitoramento; estacionamento mal iluminado; pouca circulação de vigias nos andares e baixo quantitativo de policiais na região.

A quinta questão tange a **instabilidade dos sistemas processuais**. Nesta região, engloba-se a questão, além da instabilidade e erros do PJe, a insuficiência na prestação dos serviços de Service Desk para o atendimento das demandas. Aproximadamente 34,6% das unidades apresentaram essa queixa.

Região 2

Incidências da região (weaknesses and threats)



4.3. REGIÃO 3

A Região 3 é formada pelas comarcas de Feira de Santana, Irará, Santa Bárbara, Santo Estevão, Serrinha, Teofilândia, Conceição do Coité, Valente, Queimadas, Santa Luz, Itiúba, Cansanção e Monte Santo. 26 (vinte e seis) unidades que compõem essa Região apresentaram seus *feedbacks*.

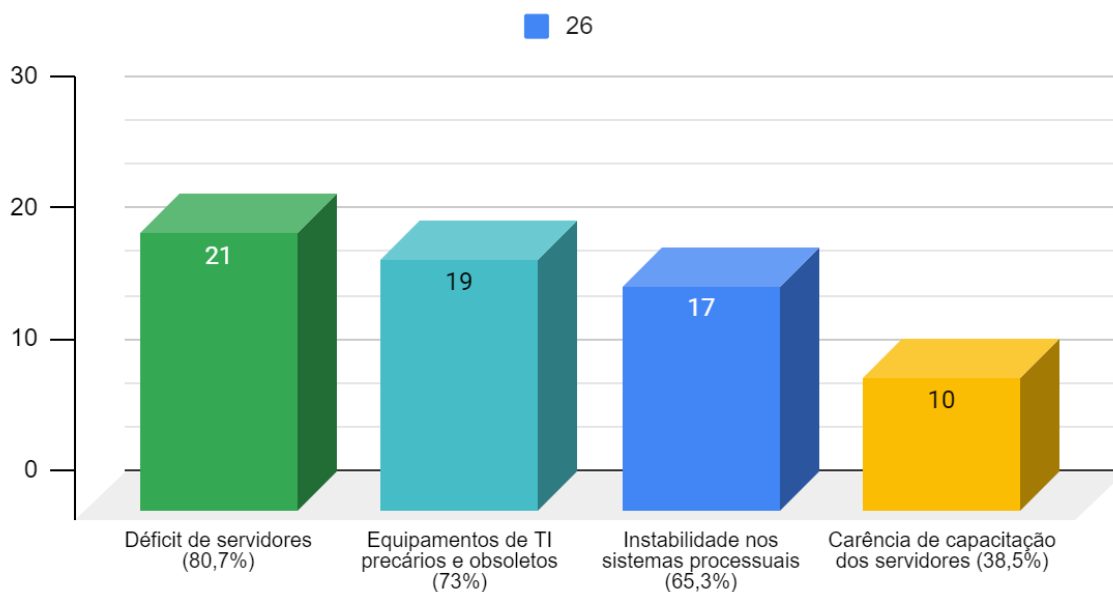
A questão mais citada pelas unidades, cerca de 80,7% delas, é a do **déficit de servidores**. Assim como na Região 2, na Região 3 essa questão engloba não só o número escasso de servidores, mas também a carência de Oficiais de Justiça; a falta de Equipe Multidisciplinar para processos de infância e juventude; a falta de Defensores Públicos, de Delegado e Promotor Titular, bem como de Magistrado Titular.

A segunda questão mais aparente é a dos **equipamentos de TI precários e obsoletos**, tendo sido mencionada por aproximadamente 73% das unidades. A terceira mais citada corresponde à **instabilidade dos sistemas processuais**, apresentada por aproximadamente 65,3% das unidades.

A quarta questão mais presente (38,5%) é a **capacitação dos servidores**, definida pela deficiência no treinamento dos servidores para utilização dos sistemas e dificuldade técnica da equipe por falta de conhecimento jurídico, bem como o baixo aproveitamento dos treinamentos virtuais.

Região 3

Incidências da região (weaknesses and threats)



4.4. REGIÃO 4

A Região 4 é formada pelas comarcas de Santo Antônio de Jesus, Nazaré, Itaparica, Camamu, Gandu, Valença, Wenceslau Guimarães, Ituberá e Taperoá. Destas, 14 (catorze) unidades reportaram suas principais *weaknesses and threats*.

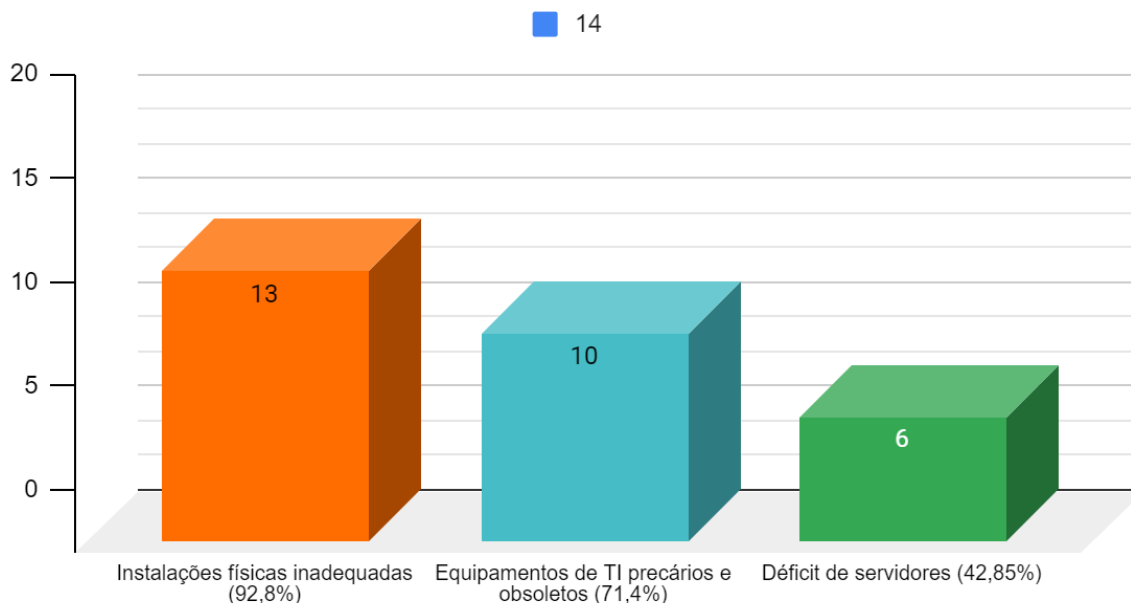
A mais citada é a **inadequação das instalações físicas do local de trabalho**, citada por aproximadamente 92,8% das unidades. Essa questão compreende a precariedade das condições estruturais das sedes das unidades e também as constantes interrupções no fornecimento de energia. Além disso, também está abarcada por essa questão a segurança, marcada pela insegurança nas portarias (a título de exemplo, não há detector de metais), bem com a frequência de pessoas sem apresentação de documentos e/ou devido registro de acesso às unidades.

A segunda questão mais apresentada é a dos **equipamentos de TI precários e obsoletos**, mencionada por aproximadamente 71,4% das unidades.

A terceira questão, mencionada também por 42,85% das unidades, é a do **déficit de servidores**. Essa questão abarca o número escasso de servidores para a demanda da unidade e também a quantidade de servidores com aposentadoria em iminência.

Região 4

Incidências da região (weaknesses and threats)



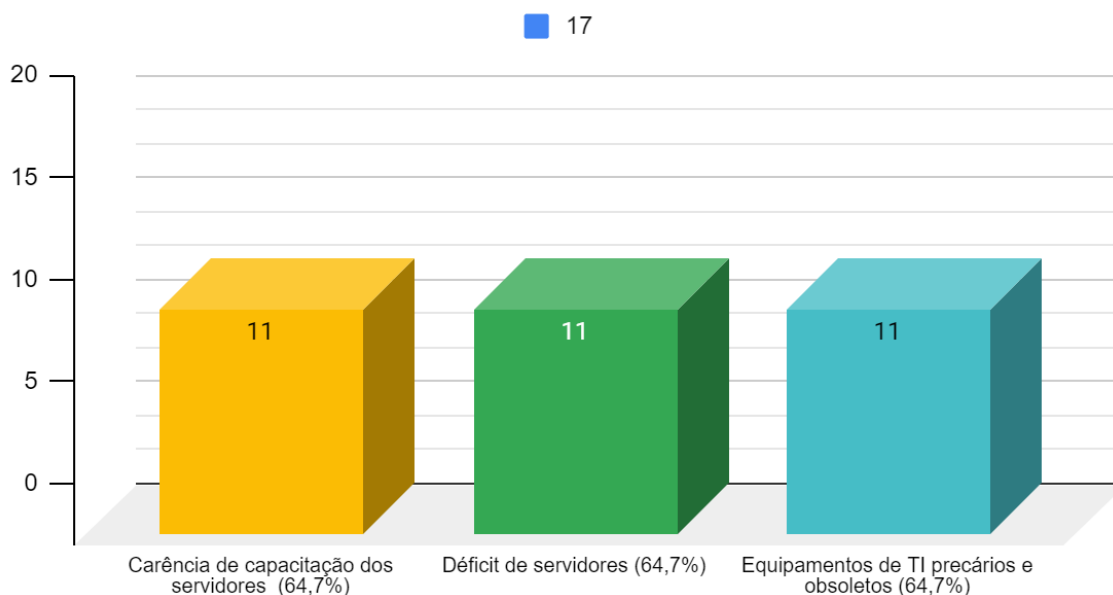
4.5. REGIÃO 5

No que diz respeito à Região 5, formada pelas comarcas de Cruz das Almas, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muritiba, Sapeaçu, Castro Alves, Santa Terezinha, Amargosa, Santo Amaro, São Felipe, São Félix, São Gonçalo dos Campos, Conceição do Almeida e Cachoeira, 17 (dezessete) unidades apresentaram suas demandas.

As três problemáticas mais apresentadas, todas mencionadas por aproximadamente 64,7% das unidades são: a **capacitação dos servidores**, o **déficit de servidores** - questão que abarca o número escasso de servidores para a demanda da unidade; a quantidade de servidores com aposentadoria em iminência; a ausência de Defensoria Pública nas Varas e Juizados das comarcas - e os **equipamentos de TI precários e obsoletos**.

Região 5

Incidências da região (weaknesses and threats)



4.6. REGIÃO 6

A Região 6 é formada por Juazeiro, Campo Formoso, Pindobaçu, Senhor do Bonfim, Casa Nova, Curaçá, Jaguarari, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé e Sobradinho. Nesta região, 24 (vinte e quatro) unidades apresentaram suas fraquezas e reportaram as ameaças.

A demanda com mais reincidência é a do **déficit de servidores**, citada por aproximadamente 66,6% das unidades. Essa problemática enquadra não só o número escasso de servidores, mas também a falta de Equipe Multidisciplinar para processos de infância e juventude; a falta de atuação da Defensoria Pública; a inexistência de assessoria para Juiz Substituto; a dependência de servidores cedidos pelo Poder Público Municipal.

A segunda questão mais citada é a dos **equipamentos de TI precários e obsoletos**, mencionada em aproximadamente 58,3% das unidades. Insta salientar que essa questão abrange computadores e equipamentos de informática insuficientes para a quantidade de servidores e/ou que não funcionam adequadamente; internet lenta e com constante perda de

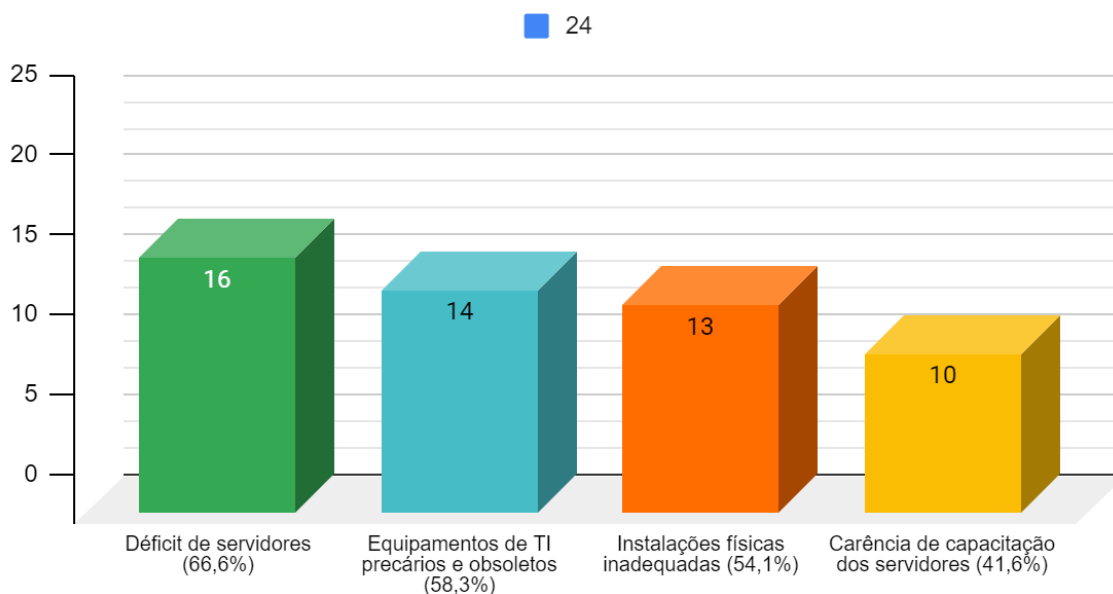
conexão; bem como a necessidade de *webcams* e microfones para atendimentos no balcão virtual das unidades.

A terceira questão é a **inadequação das instalações físicas do local de trabalho**, citada por aproximadamente 54,1% das unidades. Essa questão compreende a precariedade das condições estruturais das sedes das unidades e também as constantes interrupções no fornecimento de energia. Além disso, também está abarcada por essa questão a segurança, marcada pela insegurança nas portarias (a título de exemplo, não há detector de metais), bem com a frequência de pessoas sem apresentação de documentos e/ou devido registro de acesso às unidades.

A questão da **capacitação dos servidores** por aproximadamente 41,6% das unidades.

Região 6

Incidências da região (weaknesses and threats)



4.7. REGIÃO 7

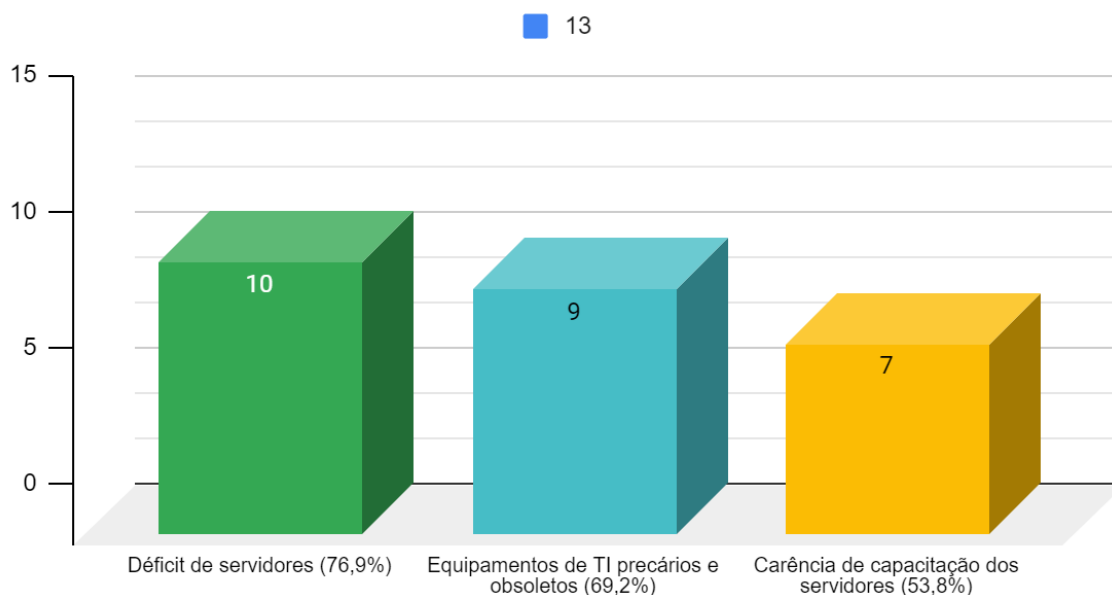
No que tange a Região 7, formada pelas comarcas de Paulo Afonso, Jeremoabo, Cícero dantas, Antas, Paripiranga, Ribeira do Pombal, Araci, Tucano, Euclides da Cunha, Uauá e Chorrochó, 13 (treze) unidades apresentaram seus *feedbacks*.

Das unidades analisadas, 76,9% indicaram a questão do **déficit de servidores**. Nessa Região essa questão envolve não só o número escasso de servidores, mas também a quantidade de servidores com aposentadoria em iminência; a inexistência de juiz leigo e conciliador; a ausência, em muitas comarcas, de Juiz Titular, de membros do MP/DP; o número exíguo de estagiários.

A segunda questão mais pontuada é a dos **equipamentos de TI precários e obsoletos**, citada por 69,2% das unidades. A terceira questão, presente no relatório de 53,8% das unidades, é a **capacitação dos servidores**. Essa problemática envolve, principalmente, queixas referentes à formação das equipes por servidores sem formação jurídica, sem conhecimento processual, sem domínio dos sistemas e, em sua maioria, advindos dos cartórios extrajudiciais. Dessa forma, as unidades relatam a necessidade de cursos de capacitação para qualificação dos servidores e estagiários.

Região 7

Incidências da região (weaknesses and threats)



4.8. REGIÃO 8

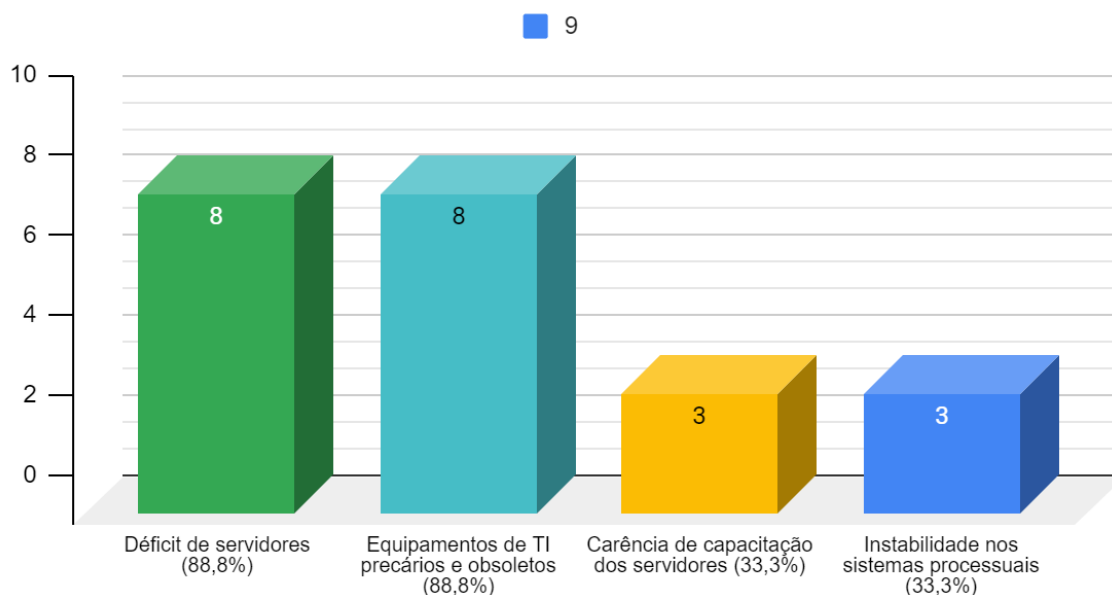
A Região 8, por sua vez, formada pelas comarcas de Jacobina, Capela do Alto Alegre, Mairi, Retirolândia, Riachão do Jacuípe, Capim Grosso, Saúde, Miguel Calmon, Piritiba e Mundo Novo, foi representada pelo diagnóstico de ameaças e fraquezas de 9 (nove) de suas unidades.

As questões mais apresentadas nesta Região são a dos **equipamentos de TI precários e obsoletos**, marcada principalmente pela má qualidade da rede de internet, e a do **déficit de servidores**, ambas citadas por aproximadamente 88,8% das unidades.

Em seguida, as complicações trazidas por aproximadamente 33,3% das unidades são a **capacitação dos servidores e a instabilidade dos sistemas processuais**.

Região 8

Incidências da região (weaknesses and threats)



4.9. REGIÃO 9

No que diz respeito à Região 9, formada pelas comarcas de Porto Seguro, Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Santa Cruz Cabrália, Caravelas, Itamaraju, Itanhém, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas, têm-se que a problemática mais contemplada, dentre as 26 (vinte e seis) unidades participantes, é a do **déficit de servidores**, trazida por 76,9% das unidades.

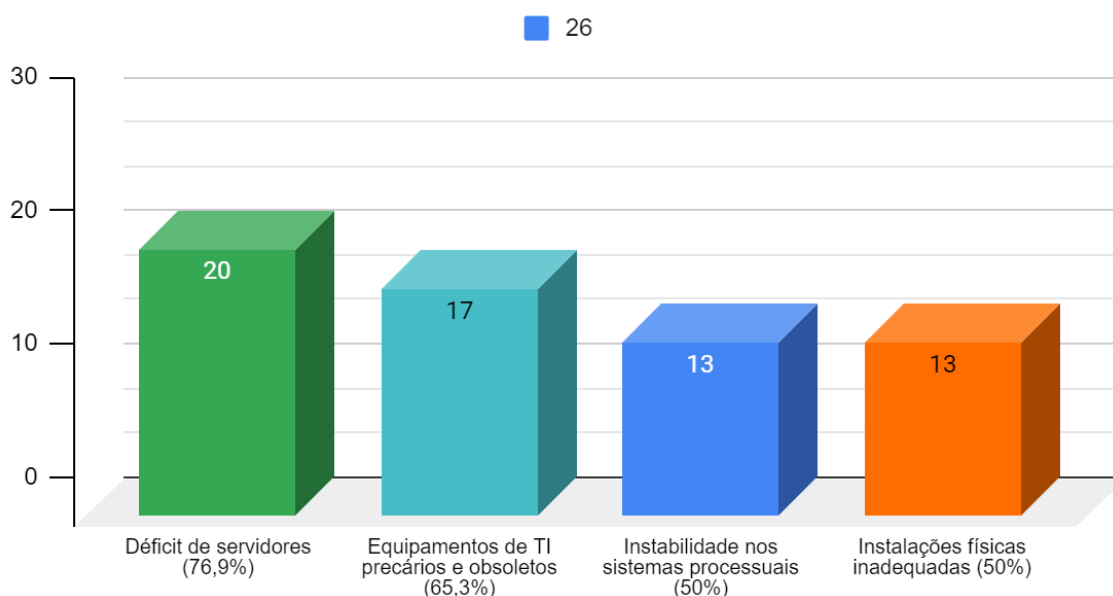
Nessa Região, essa questão abarca não só o número escasso de servidores, mas também a quantidade de servidores com aposentadoria em iminência; a ausência, em muitas comarcas, de membros do MP/DP; o número exíguo de estagiários; a instabilidade dos servidores cedidos. A segunda demanda mais citada pelas unidades - aproximadamente 65,3% delas - é a dos **equipamentos de TI precários e obsoletos**.

Em seguida, temos duas questões, ambas pontuadas por 50% das unidades. São elas: a um, a **instabilidade dos sistemas processuais**, e, a dois, a **inadequação das instalações**

físicas do local de trabalho. Essa questão compreende a precariedade das condições estruturais das sedes das unidades e também as constantes interrupções no fornecimento de energia, bem como a falta de segurança, marcada pela ausência de detector de metais, câmeras, bem com a frequência de pessoas sem apresentação de documentos e/ou devido registro de acesso às unidades.

Região 9

Incidências da região (weaknesses and threats)



4.10. REGIÃO 10

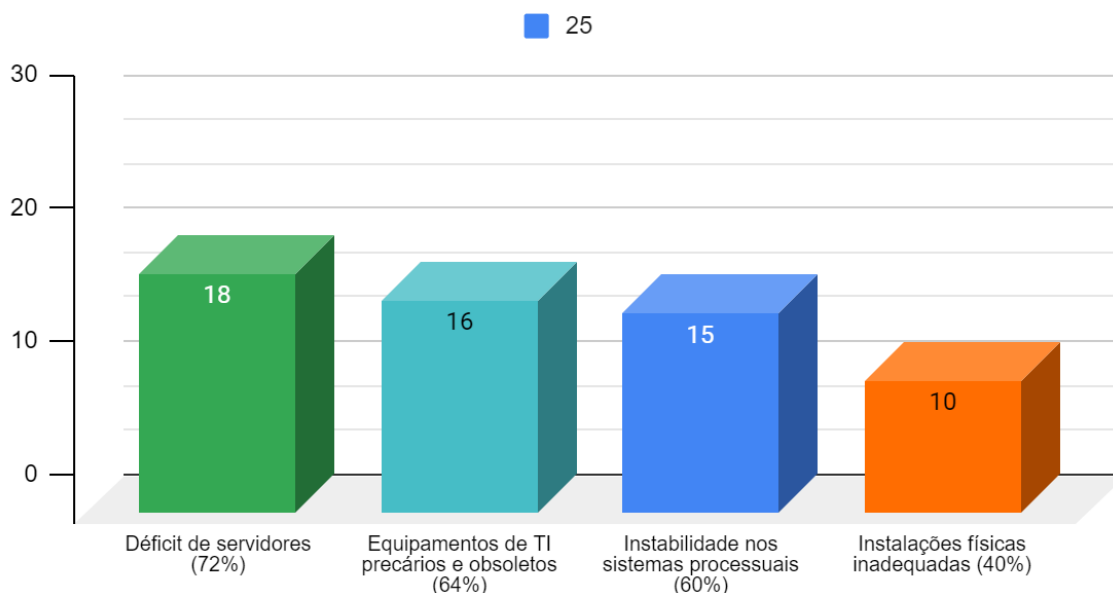
A Região 10, formada pelas comarcas de Ilhéus, Itabuna, Canavieiras, Itacaré, Una, Uruçuca, Buerarema, Camacã, Coaraci, Ibicaraí, Ibirapuã, Itajuípe e Ubaitaba, foi representada pelo diagnóstico de 25 (vinte e cinco) unidades. Dentre essas, a questão mais relatada foi a do **déficit de servidores**, estando presente no feedback de 72% das unidades.

A segunda questão é a dos **equipamentos de TI precários e obsoletos**, citada por 64% das unidades, seguida pela questão dos **a instabilidade dos sistemas processuais**, pontuada por 60% das unidades.

A quarta demanda, apresentada por 40% das unidades, foi a **inadequação das instalações físicas do local de trabalho**, a qual engloba instalações físicas precárias, aparelhos de ar condicionado quebrados e/ou barulhentos; fiação aparente; elevadores que apresentam defeito constantemente; quedas de energia constantes; a falta de segurança no ambiente de trabalho.

Região 10

Incidências da região (weaknesses and threats)



4.11. REGIÃO 11

No que tange a Região 11, formada pelas comarcas de Jequié, Ipiaú, Ubatã, Jitaúna, Ibirataia, Itagibá, Jaguaquara, Maracás, Santa Inês, Ubaíra, Laje e Mutuípe, 13 (treze) unidades apresentaram seus *feedbacks*.

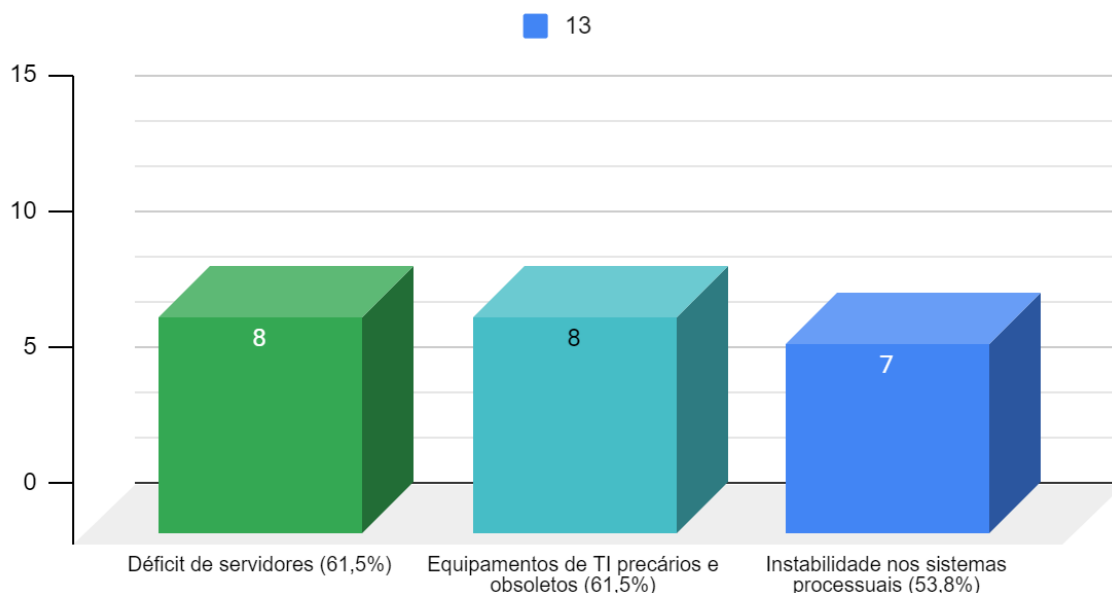
Das unidades analisadas, 61,5% indicaram as questões do **déficit de servidores e dos equipamentos de TI precários e obsoletos** como as mais recorrentes. Nessa Região, vale ressaltar que a primeira questão envolve não só o número escasso de servidores, mas também

a inexistência de juiz leigo e conciliador; a ausência, em muitas comarcas, de Juiz Titular, de membros do MP/DP; o número exíguo de estagiários; a ausência de psicólogos e assistentes sociais.

A terceira questão mais pontuada é a **instabilidade dos sistemas processuais**, citada por aproximadamente 53,8% das unidades.

Região 11

Incidências da região (weaknesses and threats)



4.12. REGIÃO 12

A Região 12, formada pelas comarcas de Alagoinhas, Catu, Cipó, São Sebastião do Passé, Conde, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itapicuru, Nova Soure, Olindina e Rio Real, foi representada pelo diagnóstico de 12 (doze) unidades.

Dentre essas, a questão do **déficit de servidores** está presente no feedback de 100% das unidades envolvidas. Pontua-se que, na Região 12, essa problemática abarca não só o número escasso de servidores, mas também a inexistência de juiz leigo e conciliador; a

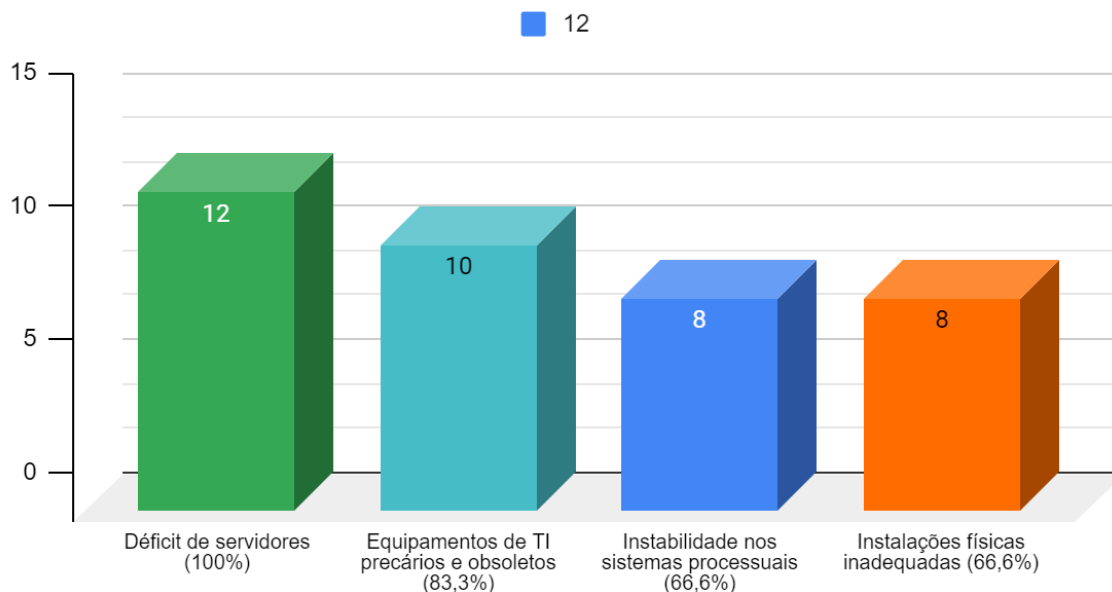
ausência da Defensoria Pública; o número exíguo de estagiários; a dificuldade na disponibilidade dos peritos.

A segunda questão envolve os **equipamentos de TI precários e obsoletos**, citada por aproximadamente 83,3% das unidades.

As questões três e quatro, ambas pontuadas por aproximadamente 66,6% das unidades, tange a **instabilidade dos sistemas processuais**, e a **inadequação das instalações físicas do local de trabalho**, a qual engloba instalações físicas precárias, aparelhos de ar condicionado quebrados e/ou barulhentos; fiação aparente; quedas de energia constantes; ausência de salas para depoimento especial e escuta especializada em algumas comarcas; e a segurança precária.

Região 12

Incidências da região (weaknesses and threats)



4.13. REGIÃO 13

No que diz respeito à Região 13, formada pelas comarcas de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Cocos, Coribe, Correntina, Santa Maria da Vitória, Santana, Baianópolis, Cotegipe, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Serra Dourada, 19 (dezenove) unidades apresentaram suas demandas.

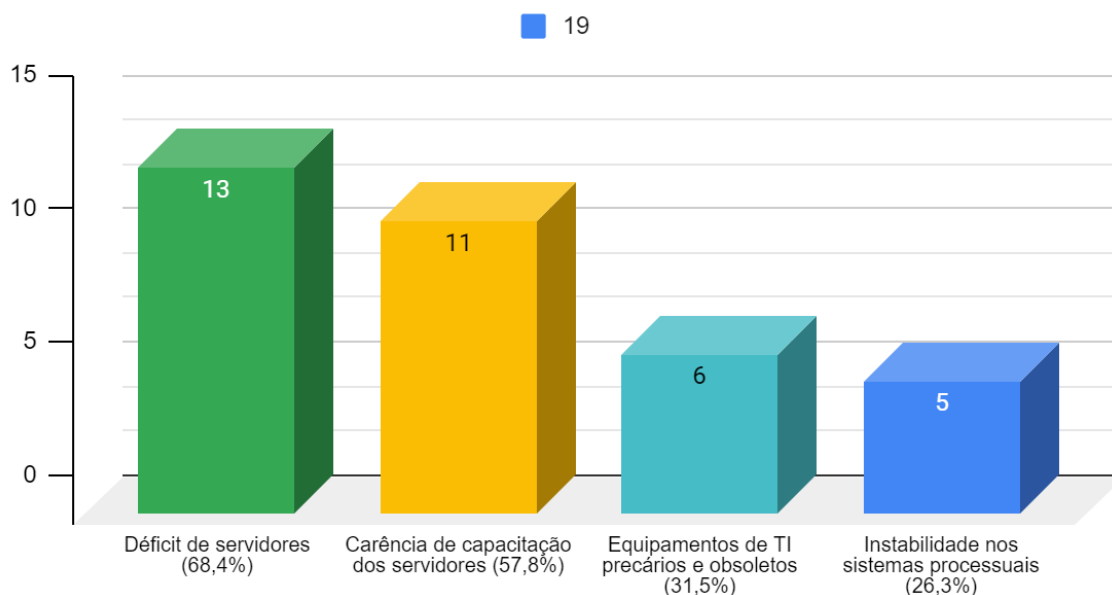
A problemática com maior reincidência, com menção por aproximadamente 68,4% das unidades, é o **déficit de servidores** - questão que abarca o número escasso de servidores para a demanda da unidade; a carência de Oficiais de Justiça; a ausência de Defensoria Pública.

O segundo ponto mais citado (por 57,8% das unidades) é a **capacitação dos servidores**, principalmente no que tange a quantidade de servidores cedidos com pouca experiência ou insuficiente nível de conhecimento, somada com a falta de capacitação dos servidores, em geral, no uso dos sistemas, o que demanda treinamento e orientações.

Em seguida, temos o problema dos **equipamentos de TI precários e obsoletos**, mencionado por 31,5% das unidades, bem como a questão da **instabilidade dos sistemas processuais**, mencionado por 26,3% destas.

Região 13

Incidências da região (weaknesses and threats)



4.14. REGIÃO 14

A Região 14, formada pelas comarcas de Irecê, Barra, Gentio do Ouro, Oliveira dos Brejinhos, Xique-Xique, Barra do Mendes, Canarana, Central, João Dourado, Lapão e Morro do Chapéu, foi representada pelo diagnóstico de 15 (quinze) unidades.

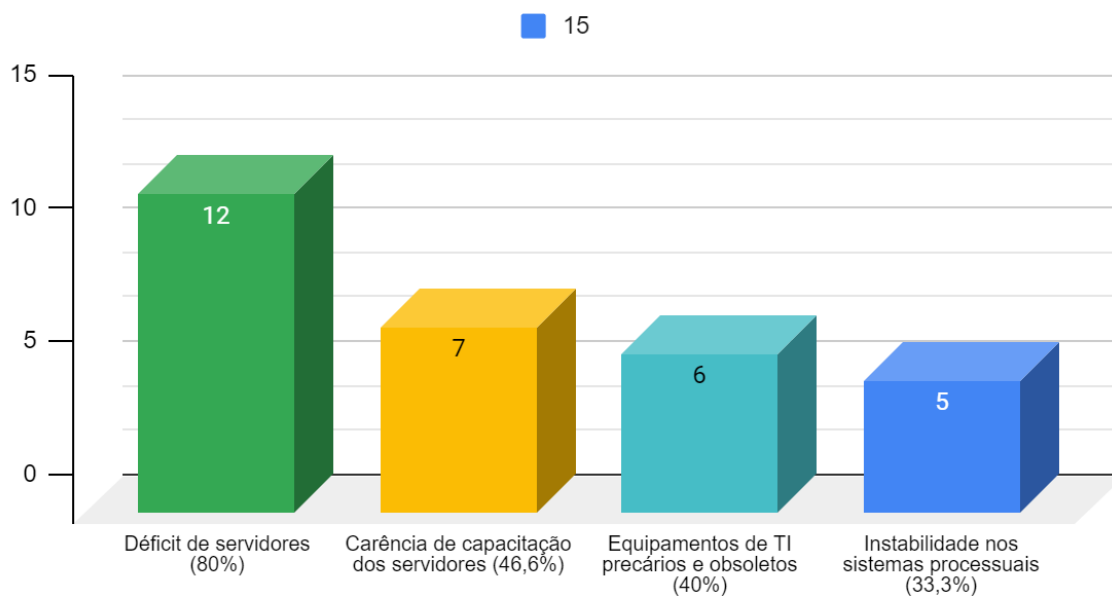
Dentre essas, a questão do **déficit de servidores** está presente no feedback de 80% das unidades envolvidas. Salienta-se que, na Região 13, essa problemática abarca não só o número escasso de servidores, mas também a inexistência de juiz titular em muitas comarcas; a falta de assessores; a ausência de Equipe Multidisciplinar; a ausência da Defensoria Pública e de Promotor Titular em diversas comarcas.

A segunda questão é a da **capacitação dos servidores**, a qual relaciona-se com o fato de muitos servidores em exercício serem advindos de outros setores, não possuindo a capacitação específica para a realização das tarefas demandadas, citada por aproximadamente 46,6% das unidades, seguida pela questão dos **equipamentos de TI precários e obsoletos** pontuada por 40% das unidades.

O quarto item, apresentado por cerca de 33,3% das unidades, foi o problema da **instabilidade dos sistemas processuais**. As unidades relatam que as frequentes interrupções e lentidão no funcionamento dos sistemas atrapalham em demasia a produtividade.

Região 14

Incidências da região (weaknesses and threats)



4.15. REGIÃO 15

No que tange a Região 15, formada pelas comarcas de Vitória da Conquista, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Anagé, Barra do Choça, Belo Campo, Cândido Sales, Encruzilhada, Iguaí, Itambé, Macarani, Planalto, Poções, Tremedal, 21 (vinte e uma) unidades apresentaram seus *feedbacks*.

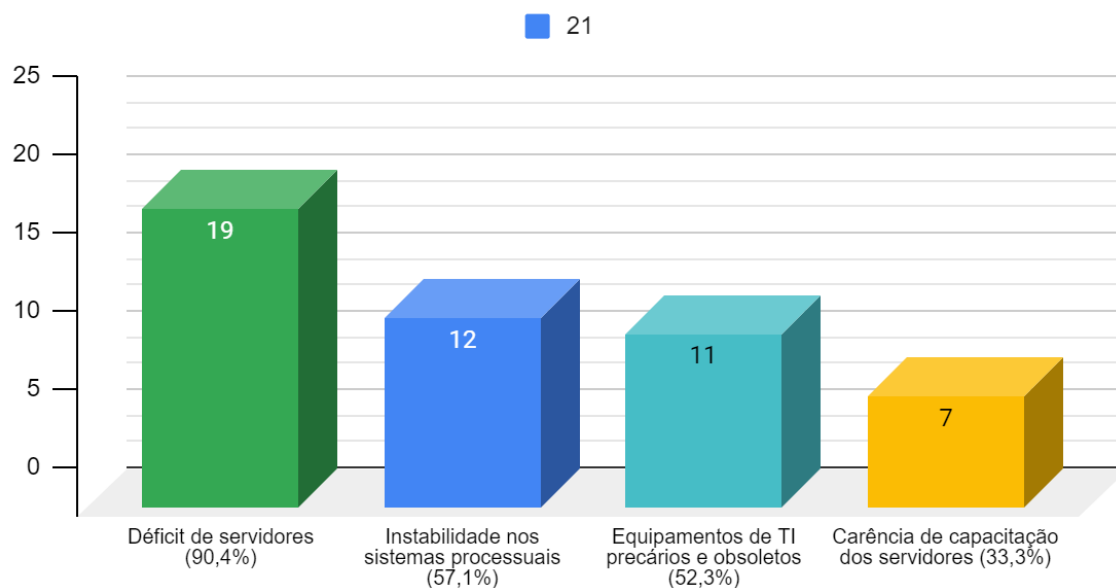
Das unidades analisadas, aproximadamente 90,4% indicaram a questão do **déficit de servidores** como a mais recorrente, tanto no âmbito de fraquezas internas quanto de ameaças externas, seja pelo número escasso de servidores, mas também a inexistência de juiz leigo e conciliador; a ausência, em muitas comarcas, de Defensoria Pública; a iminência de aposentadoria dos servidores.

O segundo problema mais pontuado é o da **instabilidade dos sistemas processuais**, mencionado por aproximadamente 57,1% das unidades, seguido do problema que envolve os **equipamentos de TI precários e obsoletos**, citado por aproximadamente 52,3% das unidades.

Além disso, aproximadamente 33,3% das unidades relataram que a **capacitação dos servidores** também é uma questão que necessita de atenção, tendo em vista que as unidades carecem de servidores com formação jurídica e capacitados nos sistemas informáticos utilizados no dia a dia.

Região 15

Incidências da região (weaknesses and threats)



4.16. REGIÃO 16

A Região 16, formada pelas comarcas de Guanambi, Caetité, Carinhanha, Igaporã, Palmas de Monte Alto, Paramirim, Urandi, Bom Jesus da Lapa, Macaúbas, Riacho de Santana e Tanque Novo, foi representada pelo diagnóstico de 15 (quinze) unidades.

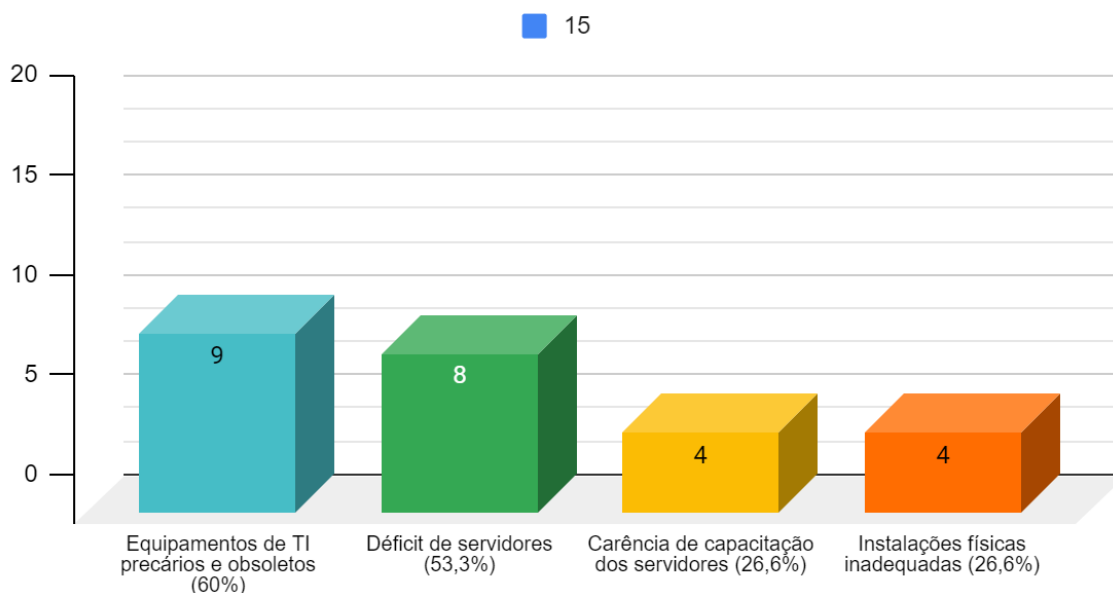
Dentre essas, a questão dos **equipamentos de TI precários e obsoletos** foi a mais citada pelas unidades (60% destas), tendo sido ressaltada, principalmente, a precariedade da conexão à internet, que por muitas vezes apresenta lentidão extrema e inoperância.

A segunda questão é a do **déficit de servidores**, o qual está presente no feedback de aproximadamente 53,3% das unidades envolvidas. Salienta-se que, na Região 16, essa problemática abarca não só o número escasso de servidores, mas também a inexistência de juiz titular em muitas comarcas e a ausência da Defensoria Pública e de Promotor Titular em diversas comarcas.

A terceira e quarta questões, ambas citadas por aproximadamente 26,6% das unidades, são, respectivamente, a **capacitação dos servidores**, principalmente no uso dos sistemas, pugnando pela maior presença de cursos de capacitação tecnológica, e o problema da **inadequação das instalações físicas do local de trabalho**, principalmente no aspecto da segurança no Fórum local.

Região 16

Incidências da região (weaknesses and threats)



4.17. REGIÃO 17

No que diz respeito à Região 17, formada pelas comarcas de Barra da Estiva, Brumado, Caculé, Condeúba, Ituaçu, Jacaraci, Livramento de Nossa Senhora, Presidente Jânio Quadros e Tanhaçu, 8 (oito) unidades apresentaram suas demandas.

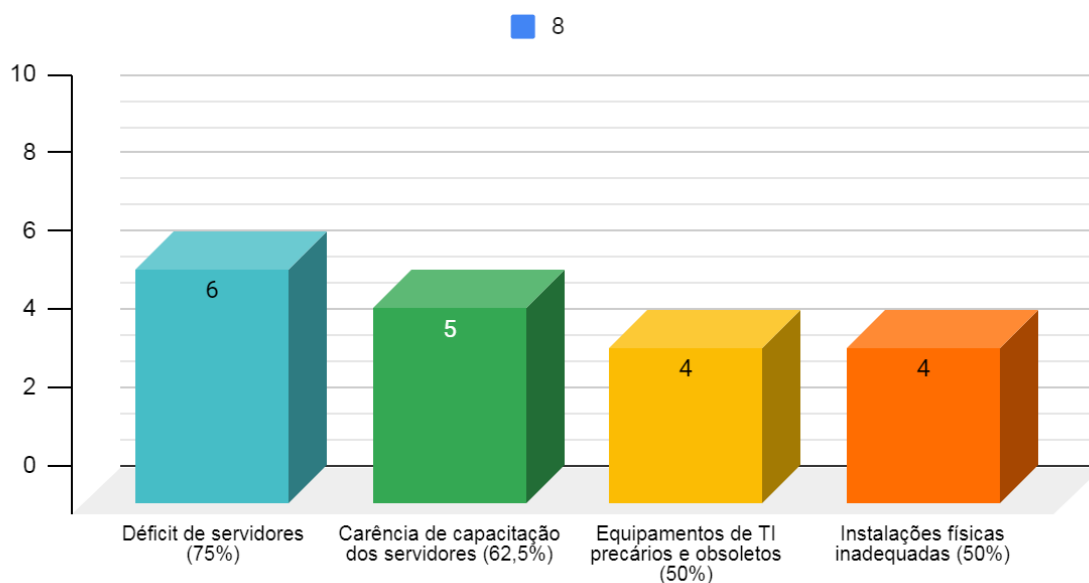
A problemática com maior reincidência, com menção por 75% das unidades, é o **déficit de servidores** - questão que engloba não só o número escasso de servidores para a demanda da unidade; como também a ausência de assessor e estagiários; a falta de Juiz titular, MP e Defensoria Pública em diversas comarcas, a carência de Oficiais de Justiça e o elevado número de servidores cedidos.

O segundo ponto mais citado (por aproximadamente 62,5% das unidades) é a **capacitação dos servidores**, principalmente por conta da falta de capacitação no uso dos sistemas, o que demanda treinamento e orientações, e na ausência de formação jurídica.

Em terceiro, temos os problemas dos **equipamentos de TI precários e obsoletos** e da **inadequação das instalações físicas do local de trabalho**, principalmente no aspecto da segurança no Fórum local, ambos mencionados por 50% das unidades.

Região 17

Incidências da região (weaknesses and threats)



4.18. REGIÃO 18

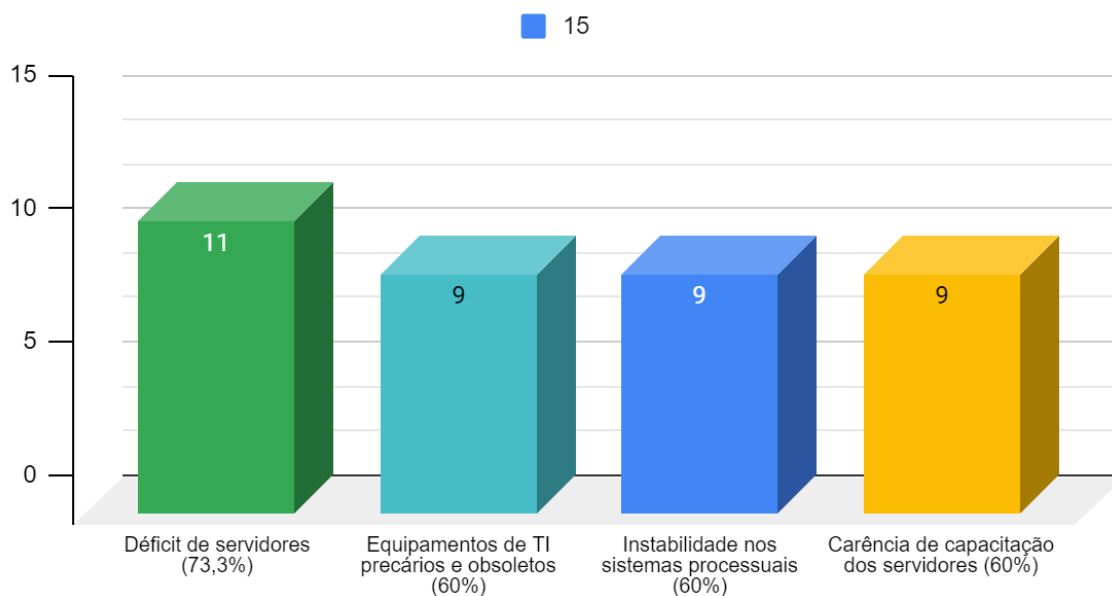
A Região 18, formada pelas comarcas de Itaberaba, Ruy Barbosa, Ipirá, Andaraí, Lençóis, Iaçú, Utinga, Piatã, Ibotirama, Seabra e Iraquara, foi representada pelo diagnóstico de 15 (quinze) unidades.

Dentre essas, a questão do **déficit de servidores**, o qual está presente no feedback de aproximadamente 73,3% das unidades envolvidas. Salienta-se que, na Região 18, essa problemática abarca não só o número escasso de servidores, mas também a precariedade do quadro de Oficiais de Justiça; a ausência de conciliador; o diminuto número de estagiários e a ausência da Defensoria Pública em diversas comarcas.

Em seguida, nota-se a presença de três questões mencionadas igualmente por 60% das unidades. São elas: os **equipamentos de TI precários e obsoletos**, a **instabilidade dos sistemas processuais**, e a **capacitação dos servidores**.

Região 18

Incidências da região (weaknesses and threats)

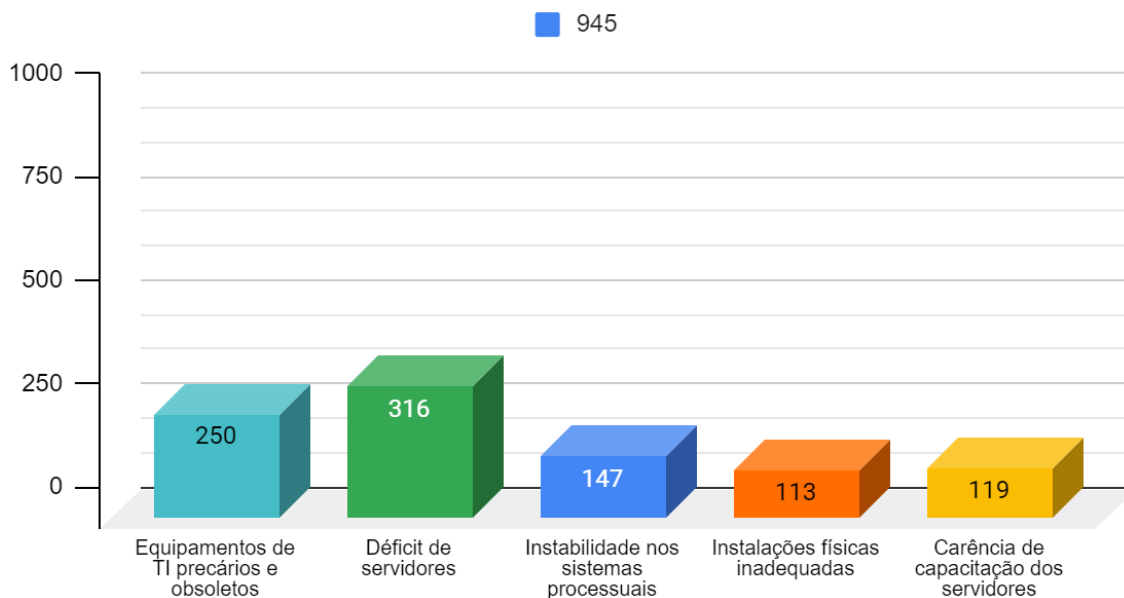


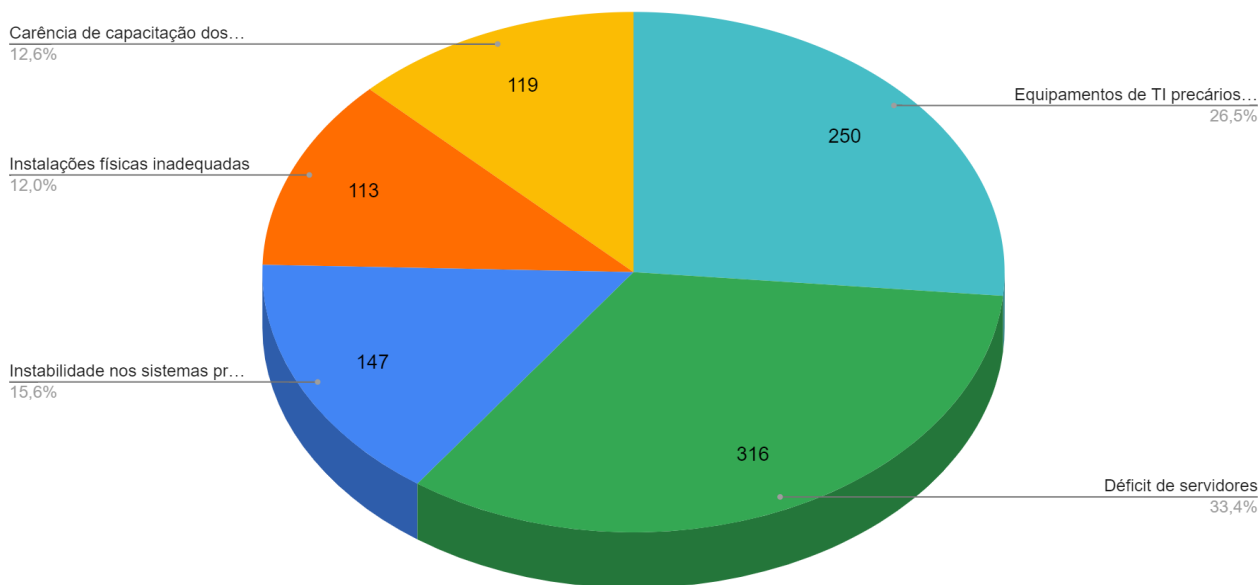
5. Panorama Geral das Unidades

Diante das informações extraídas dos Planos Diretores Anuais (PDAs) elaborados pelas unidades judiciárias no âmbito da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário do Estado da Bahia no ano de 2022, foi possível colher o seguinte panorama de problemas atualmente enfrentados pelo 1º Grau:

Todas as regiões

Incidências da região (weaknesses and threats)





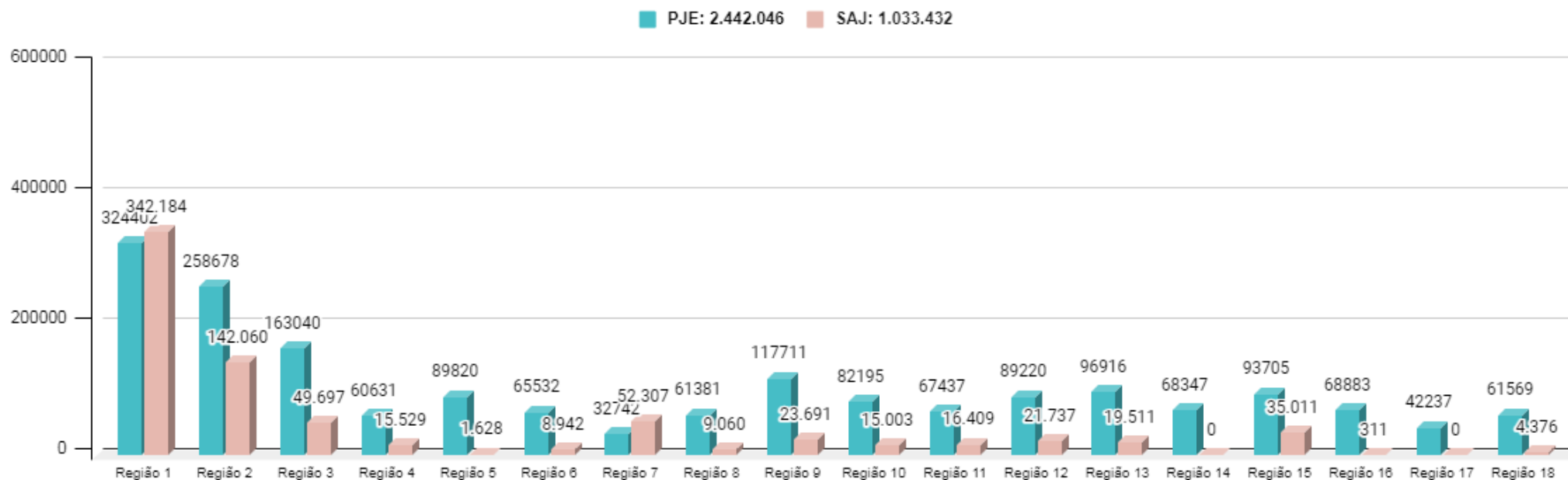
Identifica-se que a questão mais recorrente é o **déficit de servidores**, mencionado por aproximadamente 33,4% das unidades. Em seguida, temos a questão dos **equipamentos de TI precários e obsoletos**, citada por cerca de 26,5% das unidades.

Outras questões amplamente mencionadas foram: a **instabilidade dos sistemas processuais** (15,6%), a **inadequação das instalações físicas** dos locais de trabalho (12%) e a **carência de capacitação dos servidores** (12,6%).

6. Análise dos Dados de Acervo e Produtividade por REGIÃO - Mês Base: Julho/2022

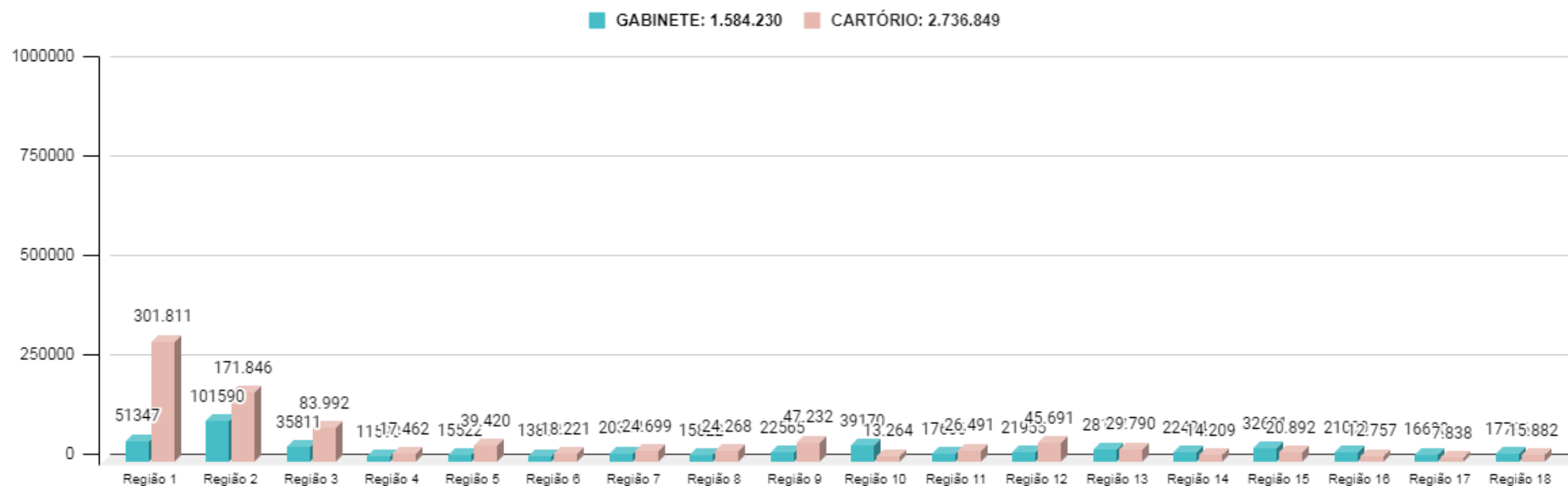
ACERVO TOTAL

PJE e SAJ



PROCESSOS PARALISADOS HÁ MAIS DE 100 DIAS

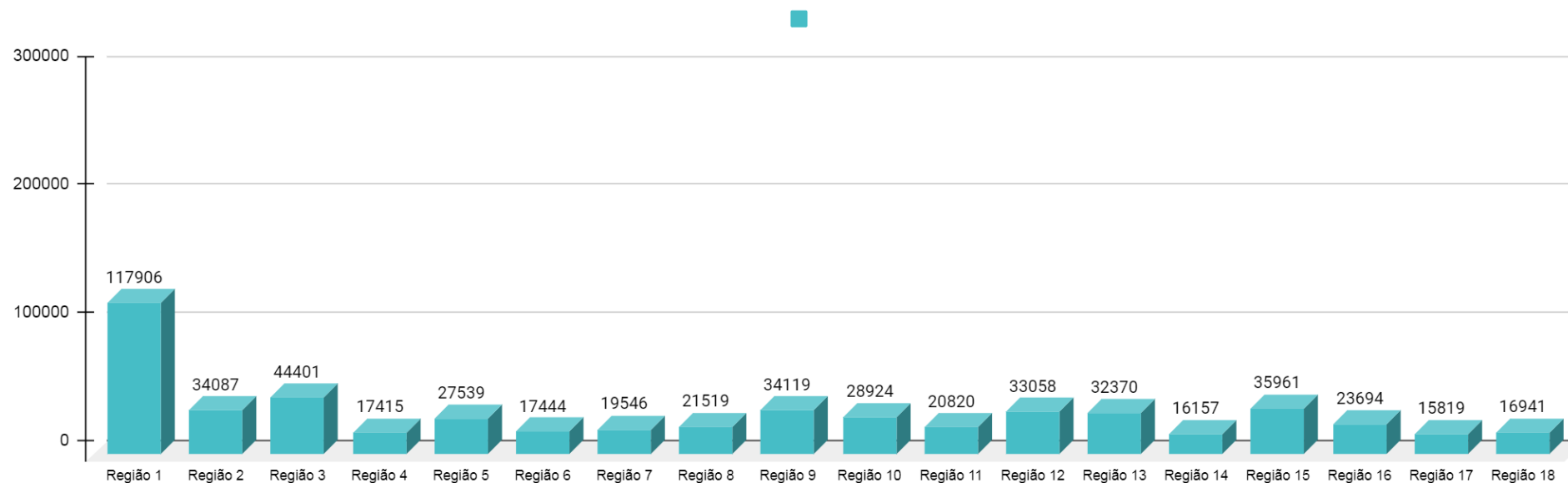
GABINETE E CARTÓRIO



QUANTIDADE DE PROCESSOS RELATIVOS À META 2 (GABINETE E CARTÓRIO)

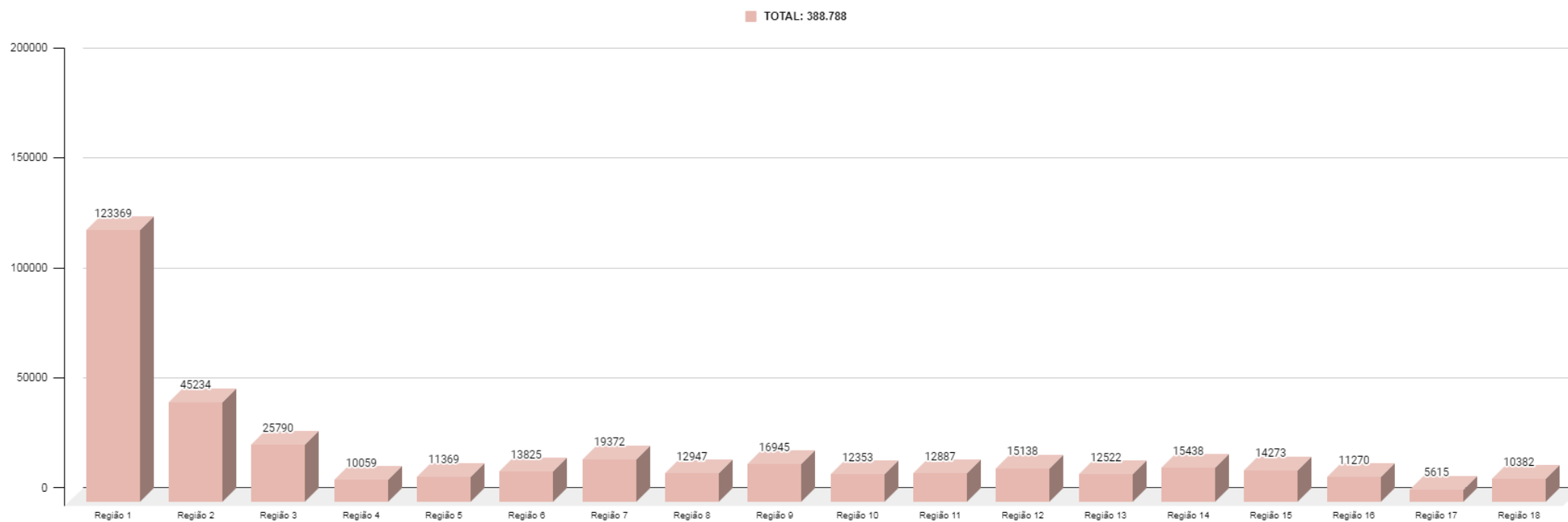
META 2

GABINETE E CARTÓRIO



QUANTIDADE DE PROCESSOS JULGADOS EM CARTÓRIO

JULGADOS EM CARTÓRIO



As figuras apresentadas demonstram a situação do acervo das unidades do 1º grau de jurisdição, utilizando-se como base os dados fornecidos pela ferramenta de BI (*Business Intelligence*), no mês de julho de 2022. A análise teve por foco os seguintes aspectos:

- Quantidade de acervo existente nas unidades tendo como base o indicativo dos sistemas processuais SAJ e PJe;
- Quantidade de processos paralisados há mais de 100 (cem) dias, em cartório e gabinete;
- Quantidade de processos relativos à Meta 2, em cartório e gabinete;
- Quantidade de processos julgados em cartório.

A partir da análise desses dados, é possível extrair algumas conclusões. A primeira, talvez mais óbvia, é a importância do trabalho de **migração dos processos digitais que tramitam pelo Sistema SAJ para o Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe)**, em maior volume na comarca de Salvador, com o total de 342.184 processos.

Em reunião com juízes das varas de Família, de Sucessões e de Relações de Consumo da capital, realizada em julho deste ano, foi relatado que a migração demandará saneamento do acervo digitalizado (migrado), uma vez que restou constatado que há quantidade relevante de processos com documentos que não foram juntados e a necessidade de reordenamento das peças, o que inviabiliza o andamento regular dos feitos e gera paralisação.

Abaixo segue a lista das regiões ordenadas pelo volume do acervo em andamento no Sistema SAJ:

REGIÕES	ACERVO EM ANDAMENTO - SAJ	COMARCAS
Região 1	342.184	SALVADOR
Região 2	142.060	CAMAÇARI, CANDEIAS, DIAS D'ÁVILA, LAURO DE FREITAS, MATA DE SÃO JOÃO, SÃO FRANCISCO DO CONDE, SIMÕES FILHO, POJUCA, TERRA NOVA, AMÉLIA RODRIGUES, CONCEIÇÃO DO JACUIPE E CORAÇÃO DE MARIA
Região 7	52.307	PAULO AFONSO, JEREMOABO, CÍCERO DANTAS, ANTAS, PARIPIRANGA, RIBEIRA DO POMBAL, ARACI, TUCANO, EUCLIDES DA CUNHA, UAUÁ, CHORROCHÓ

REGIÕES	ACERVO EM ANDAMENTO - SAJ	COMARCAS
Região 3	49.697	FEIRA DE SANTANA, IRARÁ, SANTA BÁRBARA, SANTO ESTEVÃO, SERRINHA, TEOFILÂNDIA, CONCEIÇÃO DO COITÉ, VALENTE, QUEIMADAS, SANTA LUZ, ITIÚBA, CANSANÇÃO, MONTE SANTO
Região 15	35.011	VITÓRIA DA CONQUISTA, ITAPETINGA, ITARANTIM, ITORORÓ, ANAGÊ, BARRA DO CHOÇA, BELO CAMPO, CÂNDIDO SALES, ENCRUZILHADA, IGUAÍ, ITAMBÉ, MACARANI, PLANALTO, POÇÕES, TREMEDAL
Região 9	23.691	PORTO SEGURO, BELMONTE, EUNÁPOLIS, GUARATINGA, ITABELA, SANTA CRUZ CABRÁLIA, CARAVELAS, ITAMARAJU, ITANHÉM, MEDEIROS NETO, MUCURI, NOVA VIÇOSA, PRADO, TEIXEIRA DE FREITAS
Região 12	21.737	ALAGOINHAS, CATU, CIPÓ, SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ, CONDE, ENTRE RIOS, ESPLANADA, INHAMBUPE, ITAPICURU, NOVA SOURE, OLINDINA, RIO REAL
Região 13	19.511	BARREIRAS, LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, COCOS, CORIBE, CORRENTINA, SANTA MARIA DA VITÓRIA, SANTANA, BAIANÓPOLIS, COTEGIPE, FORMOSA DO RIO PRETO, RIACHÃO DAS NEVES, SANTA RITA DE CÁSSIA, SÃO DESIDÉRIO, SERRA DOURADA
Região 11	16.409	JEQUIÉ, IPIAÚ, UBATÃ, JITAÚNA, IBIRATAIA, ITAGIBÁ, JAGUAQUARA, MARACÁS, SANTA INÊS, UBAÍRA, LAJE, MUTUÍPE
Região 4	15.529	SANTO ANTÔNIO DE JESUS, NAZARÉ, ITAPARICA, CAMAMU, GANDU, VALENÇA, WENCESLAU GUIMARÃES, ITUBERÁ E TAPEROÁ
Região 10	15.003	ILHÉUS, ITABUNA, CANAVIEIRAS, ITACARÉ, UNA, URUCUCA, BUERAREMA, CAMACÃ, COARACI, IBICARAÍ, IBIRAPUÃ, ITAJUÍPE E UBAITABA
Região 8	9.060	JACOBINA, CAPELA DO ALTO ALEGRE, MAIRI, RETIROLÂNDIA, RIACHÃO DO JACUÍPE, CAPIM GROSSO, SAÚDE, MIGUEL CALMON, PIRITIBA, MUNDO NOVO
Região 6	8.942	JUAZEIRO, CAMPO FORMOSO, PINDOBAÇU, SENHOR DO BONFIM, CASA NOVA, CURAÇÁ, JAGUARARI, PILÃO ARCADE, REMANSO, SENTO SÉ, SOBRADINHO
Região 18	4.376	ITABERABA, RUY BARBOSA, IPIRÁ, ANDARAÍ, LENÇÓIS, IACU, UTINGA, PIATÃ, IBOTIRAMA, SEABRA, IRAQUARA
Região 5	1.628	CRUZ DAS ALMAS, GOVERNADOR MANGABEIRA, MARAGOGIPE, MURITIBA, SAPEAÇU, CASTRO ALVES, SANTA TEREZINHA, AMARGOSA, SANTO AMARO, SÃO FELIPE, SÃO FÉLIX, SÃO GONÇALO DOS CAMPOS, CONCEIÇÃO DO ALMEIDA E CACHOEIRA
Região 16	311	GUANAMBI, CAETITÉ, CARINHANHA, IGAPORÃ, PALMAS DE MONTE ALTO, PARAMIRIM, URANDI, BOM JESUS DA LAPA, MACAÚBAS, RIACHO DE SANTANA E TANQUE NOVO
Região 14	0	IRECÊ, BARRA, GENTIO DO OURO, OLIVEIRA DOS BREJINHOS, XIQUE XIQUE, BARRA DO MENDES, CANARANA, CENTRAL, JOÃO

REGIÕES	ACERVO EM ANDAMENTO - SAJ	COMARCAS
		DOURADO, LAPÃO, MORRO DO CHAPÉU
Região 17	0	BARRA DA ESTIVA, BRUMADO, CACULÉ, CONDEÚBA, ITUAÇU, JACARACI, LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA, PRESIDENTE JÂNIO QUADROS, TANHAÇU
Total		757.456 processos

A segunda conclusão é que, na maior parte das regiões, existe uma quantidade expressiva de **processos paralisados há mais de cem dias no CARTÓRIO**. Esse dado tem um relevante impacto em um dos mais importantes índices definidos pelo CNJ: o Índice de Atendimento à Demanda (IAD).

O índice é calculado pela quantidade de Processos Baixados dividido pela quantidade de Casos Novos e nos fornece a noção de tendência das unidades. Se o IAD estiver abaixo de 100%, isso significa que há mais casos novos do que os processos baixados, indicando uma tendência de aumento do estoque processual.

Abaixo segue a lista das regiões ordenadas pela quantidade de processos paralisados há mais de cem dias em cartório, em relação à quantidade de autos em gabinete:

REGIÕES	PROCESSOS PARALISADOS CARTÓRIO	PROCESSOS PARALISADOS GABINETE	COMARCAS
Região 1	301.811	51.347	SALVADOR
Região 2	171.846	101.590	CAMAÇARI, CANDEIAS, DIAS D'ÁVILA, LAURO DE FREITAS, MATA DE SÃO JOÃO, SÃO FRANCISCO DO CONDE, SIMÕES FILHO, POJUCA, TERRA NOVA, AMÉLIA RODRIGUES, CONCEIÇÃO DO JACUIPE E CORAÇÃO DE MARIA
Região 3	83.992	35.811	"FEIRA DE SANTANA, IRARÁ, SANTA BÁRBARA, SANTO ESTEVÃO, SERRINHA, TEOFILÂNDIA, CONCEIÇÃO DO COITÉ, VALENTE, QUEIMADAS, SANTA LUZ, ITIÚBA, CANSANÇÃO, MONTE SANTO "
Região 9	47.232	22.565	PORTO SEGURO, BELMONTE, EUNÁPOLIS, GUARATINGA, ITABELA, SANTA CRUZ CABRÁLIA, CARAVELAS, ITAMARAJU, ITANHÉM, MEDEIROS NETO, MUCURI, NOVA VIÇOSA, PRADO, TEIXEIRA DE FREITAS
Região 12	45.691	21.955	ALAGOINHAS, CATU, CIPÓ, SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ,

REGIÕES	PROCESSOS PARALISADOS CARTÓRIO	PROCESSOS PARALISADOS GABINETE	COMARCAS
			CONDE, ENTRE RIOS, ESPLANADA, INHAMBUPE, ITAPICURU, NOVA SOURE, OLINDINA, RIO REAL
Região 5	39.420	15.522	CRUZ DAS ALMAS, GOVERNADOR MANGABEIRA, MARAGOGIPE, MURITIBA, SAPEAÇU, CASTRO ALVES, SANTA TEREZINHA, AMARGOSA, SANTO AMARO, SÃO FELIPE, SÃO FÉLIX, SÃO GONÇALO DOS CAMPOS, CONCEIÇÃO DO ALMEIDA E CACHOEIRA
Região 13	29.790	28.177	BARREIRAS, LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, COCOS, CORIBE, CORRENTINA, SANTA MARIA DA VITÓRIA, SANTANA, BAIANÓPOLIS, COTEGIPE, FORMOSA DO RIO PRETO, RIACHÃO DAS NEVES, SANTA RITA DE CÁSSIA, SÃO DESIDÉRIO, SERRA DOURADA
Região 11	26.491	17.606	JEQUIÉ, IPIAÚ, UBATÃ, JITAÚNA, IBIRATAIA, ITAGIBÁ, JAGUAQUARA, MARACÁS, SANTA INÊS, UBAÍRA, LAJE, MUTUIPE
Região 7	24.699	20.364	PAULO AFONSO, JEREMOABO, CÍCERO DANTAS, ANTAS, PARIPIRANGA, RIBEIRA DO POMBAL, ARACI, TUCANO, EUCLIDES DA CUNHA, UAUÁ, CHORROCHÓ
Região 8	24.268	15.822	JACOBINA, CAPELA DO ALTO ALEGRE, MAIRI, RETIROLÂNDIA, RIACHÃO DO JACUIPE, CAPIM GROSSO, SAÚDE, MIGUEL CALMON, PIRITIBA, MUNDO NOVO
Região 15	20.892	32.691	VITÓRIA DA CONQUISTA, ITAPETINGA, ITARANTIM, ITORORÓ, ANAGÉ, BARRA DO CHOÇA, BELO CAMPO, CÂNDIDO SALES, ENCRUZILHADA, IGUAÍ, ITAMBÉ, MACARANI, PLANALTO, POÇÕES, TREMEDAL
Região 6	18.221	13.832	JUAZEIRO, CAMPO FORMOSO, PINDOBAÇU, SENHOR DO BONFIM, CASA NOVA, CURACÁ, JAGUARARI, PILÃO ARCADE, REMANSO, SENTO SÉ, SOBRADINHO
Região 4	17.462	11.590	SANTO ANTÔNIO DE JESUS, NAZARÉ, ITAPARICA, CAMAMU, GANDU, VALENÇA, WENCESLAU GUIMARÃES, ITUBERÁ E TAPEROÁ
Região 18	15.882	17.796	ITABERABA, RUY BARBOSA, IPIRÁ, ANDARAÍ, LENÇÓIS, IACU, UTINGA, PIATÁ, IBOTIRAMA, SEABRA, IRAQUARA
Região 14	14.209	22.424	IRECÊ, BARRA, GENTIO DO OURO, OLIVEIRA DOS BREJINHOS, XIQUE XIQUE, BARRA DO MENDES, CANARANA, CENTRAL, JOÃO DOURADO, LAPÃO, MORRO DO CHAPÉU
Região 10	13.264	39.170	ILHÉUS, ITABUNA, CANAVIEIRAS, ITACARÉ, UNA, URUÇUCA, BUERAREMA, CAMACÃ, COARACI, IBICARAÍ, IBIRAPUÃ, ITAJUIPE E UBAITABA
Região 16	12.757	21.099	GUANAMBI, CAETITÉ, CARINHANHA, IGAPORÃ, PALMAS DE MONTE ALTO, PARAMIRIM, URANDI, BOM JESUS DA LAPA, MACAÚBAS, RIACHO DE SANTANA E TANQUE NOVO

REGIÕES	PROCESSOS PARALISADOS CARTÓRIO	PROCESSOS PARALISADOS GABINETE	COMARCAS
Região 17	7.838	16.690	BARRA DA ESTIVA, BRUMADO, CACULÉ, CONDEÚBA, ITUAÇU, JACARACI, LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA, PRESIDENTE JÂNIO QUADROS, TANHAÇU
Total	915.765	506.051	

Em contrapartida, observa-se que em **seis regiões** existe uma maior quantidade de processos paralisados há mais de cem dias nos GABINETES: REGIÕES 10, 14, 15, 16, 17 e 18. Podemos verificar, ainda, em dados disponibilizados pela Assessoria Especial da Presidência 1-Magistrados, em julho deste ano, que nessas regiões a **maioria de suas comarcas integrantes possui unidades judiciárias sem juiz titular**.

Esse cenário se repete em relação aos processos de **Meta 2 pendentes de julgamento**. As regiões que apresentam maior quantidade desses processos em GABINETE também possuem a **maioria de suas unidades judiciárias sem juiz titular**. Esse padrão apenas não se apresenta nas Regiões 14 e 18, que possuem maior quantidade desses processos no cartório.

REGIÕES	META 2 - CARTÓRIO E GABINETE	COMARCAS
Região 1	117.906	SALVADOR
Região 2	34.087	CAMAÇARI, CANDEIAS, DIAS D'ÁVILA, LAURO DE FREITAS, MATA DE SÃO JOÃO, SÃO FRANCISCO DO CONDE, SIMÕES FILHO, POJUCA, TERRA NOVA, AMÉLIA RODRIGUES, CONCEIÇÃO DO JACUIPE E CORAÇÃO DE MARIA
Região 3	44.401	FEIRA DE SANTANA, IRARÁ, SANTA BÁRBARA, SANTO ESTEVÃO, SERRINHA, TEOFIL NDIA, CONCEIÇÃO DO COITÉ, VALENTE, QUEIMADAS, SANTA LUZ, ITIÚBA, CANSANÇÃO, MONTE SANTO
Região 4	17.415	SANTO ANTÔNIO DE JESUS, NAZARÉ, ITAPARICA, CAMAMU, GANDU, VALENÇA, WENCESLAU GUIMARÃES, ITUBERÁ E TAPEROÁ
Região 5	27.539	CRUZ DAS ALMAS, GOVERNADOR MANGABEIRA, MARAGOGIPE, MURITIBA, SAPEAÇU, CASTRO ALVES, SANTA TEREZINHA, AMARGOSA, SANTO AMARO, SÃO FELIPE, SÃO FÉLIX, SÃO GONÇALO DOS CAMPOS, CONCEIÇÃO DO ALMEIDA E CACHOEIRA
Região 6	17.444	JUAZEIRO, CAMPO FORMOSO, PINDOBAÇU, SENHOR DO BONFIM, CASA NOVA, CURAÇÁ, JAGUARARI, PILÃO ARCADE, REMANSO,

REGIÕES	META 2 - CARTÓRIO E GABINETE	COMARCAS
		SENTO SÉ, SOBRADINHO
Região 7	19.546	PAULO AFONSO, JEREMOABO, CÍCERO DANTAS, ANTAS, PARIPIRANGA, RIBEIRA DO POMBAL, ARACI, TUCANO, EUCLIDES DA CUNHA, UAUÁ, CHORROCHÓ
Região 8	21.519	JACOBINA, CAPELA DO ALTO ALEGRE, MAIRI, RETIROLÂNDIA, RIACHÃO DO JACUIPE, CAPIM GROSSO, SAÚDE, MIGUEL CALMON, PIRITIBA, MUNDO NOVO
Região 9	34.119	PORTO SEGURO, BELMONTE, EUNÁPOLIS, GUARATINGA, ITABELA, SANTA CRUZ CABRÁLIA, CARAVELAS, ITAMARAJU, ITANHÉM, MEDEIROS NETO, MUCURI, NOVA VIÇOSA, PRADO, TEIXEIRA DE FREITAS
Região 10	28.924	ILHÉUS, ITABUNA, CANAVIEIRAS, ITACARÉ, UNA, URUCUCA, BUERAREMA, CAMACÃ, COARACI, IBICARAÍ, IBIRAPUÃ, ITAJUIPE E UBAITABA
Região 11	20.820	JEQUIÊ, IPIAÚ, UBATÃ, JITAÚNA, IBIRATAIA, ITAGIBÁ, JAGUAQUARA, MARACÁS, SANTA INÊS, UBAÍRA, LAJE, MUTUIPE
Região 12	33.058	ALAGOINHAS, CATU, CIPÓ, SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ, CONDE, ENTRE RIOS, ESPLANADA, INHAMBUPE, ITAPICURU, NOVA SOURE, OLINDINA, RIO REAL
Região 13	32.370	BARREIRAS, LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, COCOS, CORIBE, CORRENTINA, SANTA MARIA DA VITÓRIA, SANTANA, BAIANÓPOLIS, COTEGIPE, FORMOSA DO RIO PRETO, RIACHÃO DAS NEVES, SANTA RITA DE CÁSSIA, SÃO DESIDÉRIO, SERRA DOURADA
Região 14	16.157	IRECÊ, BARRA, GENTIO DO OURO, OLIVEIRA DOS BREJINHOS, XIQUE XIQUE, BARRA DO MENDES, CANARANA, CENTRAL, JOÃO DOURADO, LAPÃO, MORRO DO CHAPÉU
Região 15	35.961	VITÓRIA DA CONQUISTA, ITAPETINGA, ITARANTIM, ITORORÓ, ANAGÉ, BARRA DO CHOÇA, BELO CAMPO, CNDIDO SALES, ENCRUZILHADA, IGUAÍ, ITAMBÉ, MACARANI, PLANALTO, POÇÕES, TREMEDAL
Região 16	23.694	GUANAMBI, CAETITÉ, CARINHANHA, IGAPORÃ, PALMAS DE MONTE ALTO, PARAMIRIM, URANDI, BOM JESUS DA LAPA, MACAÚBAS, RIACHO DE SANTANA E TANQUE NOVO
Região 17	15.819	BARRA DA ESTIVA, BRUMADO, CACULÉ, CONDEÚBA, ITUAÇU, JACARACI, LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA, PRESIDENTE J NIO QUADROS, TANHAÇU
Região 18	16.941	ITABERABA, RUY BARBOSA, IPIRÁ, ANDARAÍ, LENÇÓIS, IAÇU, UTINGA, PIATÁ, IBOTIRAMA, SEABRA, IRAQUARA
Total	557.720	<input checked="" type="checkbox"/>

Por último, trazemos discriminada a quantidade de **processos julgados em cartório**, em lista abaixo ordenada **por região**:

REGIÕES	JULGADOS EM CARTÓRIO	COMARCAS
Região 1	123.369	SALVADOR
Região 2	45.234	CAMAÇARI, CANDEIAS, DIAS D'ÁVILA, LAURO DE FREITAS, MATA DE SÃO JOÃO, SÃO FRANCISCO DO CONDE, SIMÕES FILHO, POJUCA, TERRA NOVA, AMÉLIA RODRIGUES, CONCEIÇÃO DO JACUÍPE E CORAÇÃO DE MARIA
Região 3	25.790	"FEIRA DE SANTANA, IRARÁ, SANTA BÁRBARA, SANTO ESTEVÃO, SERRINHA, TEOFILÂNDIA, CONCEIÇÃO DO COITÉ, VALENTE, QUEIMADAS, SANTA LUZ, ITIÚBA, CANSANÇÃO, MONTE SANTO "
Região 7	19.372	PAULO AFONSO, JEREMOABO, CÍCERO DANTAS, ANTAS, PARIPIRANGA, RIBEIRA DO POMBAL, ARACI, TUCANO, EUCLIDES DA CUNHA, UAUÁ, CHORROCHÓ
Região 9	16.945	PORTO SEGURO, BELMONTE, EUNÁPOLIS, GUARATINGA, ITABELA, SANTA CRUZ CABRÁLIA, CARAVELAS, ITAMARAJU, ITANHÉM, MEDEIROS NETO, MUCURI, NOVA VIÇOSA, PRADO, TEIXEIRA DE FREITAS
Região 14	15.438	IRECÊ, BARRA, GENTIO DO OURO, OLIVEIRA DOS BREJINHOS, XIQUE XIQUE, BARRA DO MENDES, CANARANA, CENTRAL, JOÃO DOURADO, LAPÃO, MORRO DO CHAPÉU
Região 12	15.138	ALAGOINHAS, CATU, CIPÓ, SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ, CONDE, ENTRE RIOS, ESPLANADA, INHAMBUPE, ITAPICURU, NOVA SOURE, OLINDINA, RIO REAL
Região 15	14.273	VITÓRIA DA CONQUISTA, ITAPETINGA, ITARANTIM, ITORORÓ, ANAGÉ, BARRA DO CHOÇA, BELO CAMPO, CÂNDIDO SALES, ENCRUZILHADA, IGUAÍ, ITAMBÉ, MACARANI, PLANALTO, POÇÕES, TREMEDAL
Região 6	13.825	JUAZEIRO, CAMPO FORMOSO, PINDOBAÇU, SENHOR DO BONFIM, CASA NOVA, CURAÇÁ, JAGUARARI, PILÃO ARCADE, REMANSO, SENTO SÉ, SOBRADINHO
Região 8	12.947	JACOBINA, CAPELA DO ALTO ALEGRE, MAIRI, RETIROLÂNDIA, RIACHÃO DO JACUÍPE, CAPIM GROSSO, SAÚDE, MIGUEL CALMON, PIRITIBA, MUNDO NOVO
Região 11	12.887	JEQUIÉ, IPIAÚ, UBATÁ, JITAÚNA, IBIRATAIA, ITAGIBÁ, JAGUAQUARA, MARACÁS, SANTA INÊS, UBAÍRA, LAJE, MUTUIPE
Região 10	12.353	ILHÉUS, ITABUNA, CANAVIEIRAS, ITACARÉ, UNA, URUÇUCA, BUERAREMA, CAMACÁ, COARACI, IBICARAÍ, IBIRAPUÁ, ITAJUÍPE E UBAITABA
Região 13	12.522	BARREIRAS, LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, COCOS, CORIBE, CORRENTINA, SANTA MARIA DA VITÓRIA, SANTANA, BAIANÓPOLIS, COTEGIPE, FORMOSA DO RIO PRETO, RIACHÃO DAS NEVES, SANTA RITA DE CÁSSIA, SÃO DESIDÉRIO, SERRA DOURADA
Região 16	11.270	GUANAMBI, CAETITÉ, CARINHANHA, IGAPORÃ, PALMAS DE MONTE ALTO, PARAMIRIM, URANDI, BOM JESUS DA LAPA, MACAÚBAS, RIACHO DE SANTANA E TANQUE NOVO
Região 5	11.369	CRUZ DAS ALMAS, GOVERNADOR MANGABEIRA, MARAGOGIPE, MURITIBA, SAPEAÇU, CASTRO ALVES, SANTA TEREZINHA, AMARGOSA, SANTO AMARO, SÃO FELIPE, SÃO FÉLIX, SÃO GONÇALO DOS

REGIÕES	JULGADOS EM CARTÓRIO	COMARCAS
		CAMPOS, CONCEIÇÃO DO ALMEIDA E CACHOEIRA
Região 4	10.059	SANTO ANTÔNIO DE JESUS, NAZARÉ, ITAPARICA, CAMAMU, GANDU, VALENÇA, WENCESLAU GUIMARÃES, ITUBERÁ E TAPEROÁ
Região 18	10.382	ITABERABA, RUY BARBOSA, IPIRÁ, ANDARAÍ, LENÇÓIS, IACU, UTINGA, PIATÁ, IBOTIRAMA, SEABRA, IRAQUARA
Região 17	5.615	BARRA DA ESTIVA, BRUMADO, CACULÉ, CONDEÚBA, ITUAÇU, JACARACI, LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA, PRESIDENTE JÂNIO QUADROS, TANHAÇU
Total	388.788	

7. Conclusão

Os dados apresentados neste relatório pretendem nortear as ações da Administração na definição da ordem de prioridade e tomada de decisão, com o objetivo de cumprir diretriz estratégica tendente a aperfeiçoar os serviços judiciários na primeira instância do Poder Judiciário do Estado da Bahia, equalizando os recursos orçamentários, patrimoniais, de tecnologia e de pessoal, a fim de orientar programas, projetos e ações estratégicas para aperfeiçoar a qualidade da prestação jurisdicional, cumprindo, assim, o quanto instituído pela Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, em atenção à Resolução nº 194/2014 do Conselho Nacional de Justiça.

8. Aprovação

Desa. CYNTHIA MARIA PINA RESENDE
Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição